

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 113/2024  
Data: 17/10/2024



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
LEILÃO DE TERMINAL NO PORTO DE SANTOS É VISTO COMO SOLUÇÃO PARA AUMENTO DE CAPACIDADE.....	4
CONCESSÃO DE CANAL ELEVA NÍVEL DA DRAGAGEM, DIZ SECRETÁRIO .....	5
TÚNEL NO LITORAL DE SÃO PAULO: ESTADO FARÁ REUNIÃO COM MORADORES SOBRE DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES ..	8
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....</b>	<b>9</b>
ANTAQ CRIA COMITÊ PERMANENTE DE PRESTAÇÃO ADEQUADA DE SERVIÇO NA TRAVESSIA MANAUS (AM) - CAREIRO DA VÁRZEA (AM).....	9
TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA IMPLEMENTAR O AMBIENTE DE REGULAÇÃO EXPERIMENTAL, CONHECIDO COMO SANDBOX REGULATÓRIO, SERÁ REALIZADA .....	10
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....</b>	<b>11</b>
AVISO DE PAUTA - SILVIO COSTA FILHO VISITA PORTO ALEGRE PARA REABERTURA OFICIAL DO AEROPORTO SALGADO FILHO .....	11
DOLFINS DE PROTEÇÃO - PRESIDENTE LULA ANUNCIA R\$ 47 MILHÕES PARA REFORÇAR SEGURANÇA NA PONTE NEWTON NAVARRO, EM NATAL (RN).....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....</b>	<b>13</b>
AVISO DE PAUTA - COM INVESTIMENTO DE R\$252,7 MILHÕES, RENAN FILHO AUTORIZA DUPLICAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DE MACEIÓ .....	13
RODOVIAS - COM INVESTIMENTO DE R\$ 360 MILHÕES NO RN, RENAN FILHO GARANTE, AO LADO DE LULA, DUPLICAÇÃO DA BR-304, DE NATAL A MOSSORÓ.....	13
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT.....</b>	<b>14</b>
EDITORIAL – ARROZ DA GENTE: UM GRÃO DE ESPERANÇA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	14
NACIONAL - HUB – CURTAS - CONSÓRCIO NORDESTE VAI INSTALAR COMITÊ PARA MONITORAR SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA.....	15
<i>Blitzkrieg 1</i> .....	15
<i>Blitzkrieg 2</i> .....	15
<i>Blitzkrieg 3</i> .....	16
<i>Emergência climática 1</i> .....	16
<i>Emergência climática 2</i> .....	16
NACIONAL - LULA LANÇA PROGRAMA DE R\$ 1 BI PARA PRODUÇÃO E COMPRA DE ARROZ .....	16
NACIONAL - GOVERNO FEDERAL DESCARTA RETORNO DO HORÁRIO DE VERÃO PARA ESTE ANO .....	18
NACIONAL - MINISTRO PEDE INVESTIGAÇÃO DA ENEL E DEFENDE REVISÃO DE CONTRATOS .....	19
NACIONAL - BNDES APROVA R\$ 500 MI PARA PRODUÇÃO DE CARRO VOADOR .....	20
REGIÃO NORDESTE - JUÍZA REVOGA SUSPENSÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE RENOVAÇÃO DA FCA .....	21
REGIÃO SUDESTE - NAVIO-PLATAFORMA INICIA OPERAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO.....	22
REGIÃO SUDESTE - ACS ABRE INSCRIÇÕES PARA O IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL.....	23
REGIÃO SUL - DER/PR LANÇA PROGRAMA PARA CONSERVAÇÃO DE 10 MIL KM DE RODOVIAS .....	23
REGIÃO NORDESTE - BAHIA GANHA NOVAS ROTAS AÉREAS REGIONAIS A PARTIR DE JANEIRO DE 2025.....	24
<b>BAHIA ECONÔMICA - BA.....</b>	<b>25</b>
ASSOCIAÇÃO BAIANA DE ENERGIA SOLAR (ABS) ANUNCIA MUDANÇAS NA DIRETORIA E CONSELHO ....	25
LULA ANUNCIA R\$ 600 MILHÕES DE INVESTIMENTO PARA RIO GRANDE DO NORTE .....	26
CONSÓRCIO NORDESTE CRIA COMITÊ PARA MONITORAR EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS.....	28
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....</b>	<b>28</b>
PORTO DE IMBITUBA TEM O MELHOR SETEMBRO DA HISTÓRIA.....	28
RICARDO MOLITZAS, PRESIDENTE DO IBL, PARTICIPA DO ENCONTRO COM O EXPOSITOR, DA FEIRA INTERMODAL SOUTH AMERICA.....	29
BETO MARTINS CRITICA SITUAÇÃO DOS PORTOS BRASILEIROS .....	30
'SETOR FERROVIÁRIO SERÁ UMA DAS PRINCIPAIS ALAVANCAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL', DIZ DIRETOR NA RUMO .....	30
GOVERNO FEDERAL PREVÊ MAIS UM BERÇO DE ATRAÇÃO NO LEILÃO DE UNIDADE NO PORTO DE SANTOS.....	31
MARINHA DEFENDE PLANO NACIONAL INTEGRADO PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DE NAVIOS .....	32
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>33</b>
INCERTEZAS SOBRE CONTAS PÚBLICAS AFETAM OS JUROS FUTUROS. JÁ O DÓLAR SOBE POR INFLUÊNCIA EXTERNA. ENTENDA33	
LULA DIZ QUE SAÚDE E EDUCAÇÃO NÃO SÃO GASTOS, EM MEIO A DEBATE SOBRE CORTES: 'QUANDO O BANQUEIRO ARRUMA A CALÇADA, É INVESTIMENTO'.....	34



APAGÃO DA ENEL EM SÃO PAULO JOGA LUZ SOBRE SILVEIRA E LOBBY DO SETOR DE ENERGIA .....	35
PARA FAZER CORTES, GOVERNO MIRA DE EMENDAS A ESTATAIS .....	37
CGU SOLICITA DOCUMENTOS À ANEEL PARA EMBASAR AUDITORIA SOBRE APAGÃO EM SÃO PAULO.....	38
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP .....</b>	<b>40</b>
SERVIDORES PÚBLICOS QUEREM 'BLINDAR' FUNDO DE PENSÃO CONTRA INGERÊNCIA POLÍTICA E RISCOS DE MERCADO .....	40
ANEEL PREVÊ QUE DISTRIBUIDORAS QUITEM QUASE R\$ 500 MILHÕES EM MULTAS PARA RENOVAR CONCESSÃO .....	43
CRESCIMENTO NO BRASIL FOI IMPULSIONADO APÓS A ADOÇÃO DE REFORMAS, DIZ GEORGIEVA, DO FMI.....	44
COMO HADDAD E TEBET PRETENDEM CONVENCER LULA DO PACOTE FISCAL; LEIA BASTIDOR .....	45
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>47</b>
CHINA CONSIDERA AUMENTAR TARIFAS SOBRE IMPORTAÇÕES DE CARROS .....	47
PACOTE DE ESTÍMULO NA CHINA FRUSTRA E MINÉRIO CAI 4,5% NO MERCADO À VISTA.....	48
ISRAEL ATINGE CIDADE PORTUÁRIA DA SÍRIA .....	48
EXCLUSIVO: I SQUARED DEVERÁ FAZER OFERTA DE COMPRA DAS AÇÕES DA WILSON SONS EM 15 DIAS, SEGUNDO FONTES..	49
JAPÃO: EXPORTAÇÕES CAÍRAM MAIS DO QUE O ESPERADO EM SETEMBRO .....	50
<b>G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO .....</b>	<b>51</b>
DEFESA CIVIL EMITE ALERTA PARA CHUVAS E VENTOS INTENSOS NA BAIXADA SANTISTA E VALE DO RIBEIRA .....	51
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>52</b>
PORTOS DO PARANÁ CRESCEM 8,6% DE JANEIRO A SETEMBRO .....	52
PORTO DE SANTOS SUPERA MARCA DOS 4 MILHÕES DE TEUS EM 2024.....	53
PAC DESTINA R\$ 47 MI PARA AMPLIAR SEGURANÇA DE MANOBRAS NO ACESSO AO PORTO DE NATAL .....	53
BRASIL AVANÇA NO DESCOMISSIONAMENTO COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE, APONTAM AGENTES .....	53
ESPECIALISTAS VEEM PAÍS COM POTENCIAL PARA SER HUB DE RECICLAGEM .....	54
DP WORLD INAUGURA ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE CARGA EM SC .....	55
TEMADRE AMPLIA CAPACIDADE E RECEBE NAVIOS SUEZMAX.....	55
ARRECADAÇÃO DO AFRMM TEM ALTA DE QUASE 40% NO ACUMULADO DO ANO .....	56
SETOR APOIA LEILÃO DO STS-10, MAS AGUARDA DETALHES DA NOVA MODELAGEM .....	57
PORTO ITAPOÁ INVESTE R\$ 500 MILHÕES EM NOVA EXPANSÃO .....	59
PORTO DE IMBITUBA CRESCEU 13,3% ATÉ SETEMBRO .....	59
NAVEGUE SIMPLES AVANÇA COM FOCO NA DESBUROCRATIZAÇÃO, AVALIA ATP .....	60
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>61</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="https://www.linkedin.com/company/mercoshipping">LINKEDIN.COM</a> .....	61



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### LEILÃO DE TERMINAL NO PORTO DE SANTOS É VISTO COMO SOLUÇÃO PARA AUMENTO DE CAPACIDADE

É o que dizem associações do setor sobre o STS10, área destinada a contêineres

Por Bárbara Farias



**Terminal STS10 movimentará cerca de 3 milhões de contêineres ao ano em área de 601 mil metros quadrados no Saboó, evitando esgotamento do cais santista, dizem entidades (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)**

A confirmação do leilão do STS10 para 2025, anunciada na última terça-feira pelo Governo Federal, foi bem recebida por parte do setor privado, que aponta o terminal de contêineres como solução urgente para o aumento da capacidade no Porto de Santos. O ativo será instalado no cais do Saboó, ao lado do Parque Valongo, e poderá movimentar até 3 milhões de TEU

(unidade equivalente a um contêiner padrão de 20 pés) ao ano.

O modelo atualizado foi aprovado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e pela Casa Civil. O projeto estabelece quatro berços de atracação de navios, um a mais do que a proposta inicial, o que ampliará em 50% a capacidade de contêineres no complexo portuário santista, de 6 milhões para 9 milhões de TEU.

De acordo com a ideia original, a área a ser destinada ao STS10 é de 601 mil metros quadrados (m<sup>2</sup>). A Reportagem questionou o MPor se a área de concessão será expandida para receber o quarto berço, mas não obteve resposta. Originalmente, o contrato de concessão previa investimento aproximado de R\$ 3,3 bilhões e vigência de 25 anos. O critério do certame seria por maior outorga.

O presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, afirmou que aumentar a capacidade “é urgente porque os terminais existentes (em Santos) estão chegando ao seu limite”, salientando que é preciso planejar “os acessos terrestres”, para evitar “transtornos à cidade”, pois o terminal “irá gerar maior fluxo de caminhões, trens etc”.

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, vê com “bastante otimismo” o arrendamento do STS10 como solução para a expansão das operações de contêineres em Santos, mas ressalta que “aguardará pela conclusão da modelagem para avaliar mais detalhadamente” o empreendimento.

Perguntado se é possível exigir, no contrato, que a empresa concessionária invista em infraestrutura de acesso para mitigar impactos no trânsito local, Jesualdo disse que sim. “Temos práticas em leilões de outros modais em que há o que nós chamamos de investimento cruzado, com destinação de parte da outorga a outro fim, que, neste caso, poderia ser um pátio para caminhões”.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo, disse que o STS10 é necessário. “A capacidade para atender a demanda, já considerando as expansões em andamento nos demais terminais, deve se encerrar por volta de 2030. Isso deve coincidir com o tempo necessário de obras para o novo terminal entrar em operação”.

Sobre os acessos, Caputo afirmou que as obras do STS10 e a infraestrutura rodoviária da Margem Direita do Porto podem ser feitos concomitantemente. “Além disso, outras medidas de inteligência podem orquestrar melhor a chegada dos caminhões, mitigando os impactos. Se nada for feito os gargalos piorarão”.

### Prefeitura

A Reportagem questionou a Prefeitura de Santos se existe um projeto viário para mitigar impactos na zona urbana. Em nota, o Executivo informou que “não foi comunicado oficialmente acerca da nova proposta (STS10) e reivindica a garantia do espaço planejado para a transferência do terminal de passageiros no Valongo”.

Em junho de 2023, a Prefeitura informou para A Tribuna sobre a cessão de terrenos no Valongo para o receptivo aos turistas de cruzeiros, que foi acordada em reunião com a Autoridade Portuária de Santos (APS).

A Administração reiterou que o projeto “contemple a manutenção do cais público”, garantindo empregos “aos trabalhadores portuários”, ressaltando que “as propostas de expansão e ocupação precisam estar alinhadas com os diferentes interesses, como o planejamento municipal para a revitalização do Centro Histórico, com destaque o avanço do Parque Valongo”.

### Concais

O MPor mantém a intenção de transferir o Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini de Outeirinhos para o Valongo, afirmando que a atividade não irá interferir na operação de contêineres, mesmo com a circulação de 1 milhão de cruzeiristas na temporada.

Procurada, a arrendatária Concais informou que “o projeto do novo terminal está protocolado junto à APS, segue em constante diálogo e alinhamento com o órgão responsável, e reforça o seu compromisso com o turismo marítimo e na busca de fomentar a economia da região que atua.”

O Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini pode mais que dobrar de tamanho se for transferido da região de Outeirinhos para a área entre o Valongo e o Saboó, em Santos, no STS10, conforme planejado e divulgado. Atualmente, o terminal administrado pelo Concais está em um espaço de 41.895 metros quadrados (m<sup>2</sup>), contra 85 mil m<sup>2</sup> do novo local.

Com a mudança, o investimento previsto é de R\$ 1,410 bilhão para a implantação de prédios e infraestrutura de acesso para receber os cruzeiros. Esse montante seria dividido entre o Concais (R\$ 662 milhões) e a Autoridade Portuária de Santos (APS, R\$ 748 milhões).

### Ecoporto

O Ecoporto Santos, cujo terminal ocupa 85 mil m<sup>2</sup> do STS10 e o contrato provisório termina em dezembro, foi procurado e não se manifestou até o fechamento desta edição.

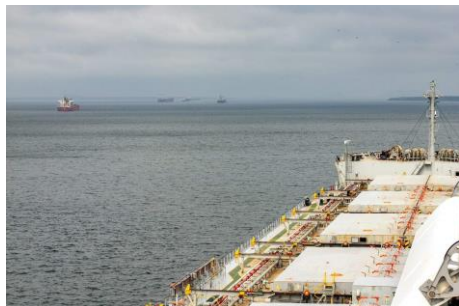
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/10/2024

## CONCESSÃO DE CANAL ELEVA NÍVEL DA DRAGAGEM, DIZ SECRETÁRIO

Primeiro leilão do tipo no Brasil será no Porto de Paranaguá, no Paraná, em 2025, explica Alex Sandro de Ávila

Por Ted Sartori



**Modificado em 17 de outubro de 2024 às 08:43 Empresa contratada deverá fazer a dragagem de aprofundamento no canal de navegação do porto paranaense de 13,5 metros para 15,5 metros (Claudio Neves/Portos do Paraná)**

O primeiro leilão para concessão de um canal de navegação no Brasil, o do Porto de Paranaguá, no Paraná, segundo maior complexo portuário do País em movimentação, está previsto para acontecer entre abril e maio de 2025. O investimento previsto ao longo da concessão de 35 anos é de R\$ 1 bilhão, explica o secretário nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila.

“Fizemos toda a compilação das contribuições que recebemos no decorrer do processo de audiência pública, decidimos o que iríamos acolher das contribuições, os ajustes que deveríamos fazer no modelo, bem como justificar aquelas que não acolhemos”, afirma o secretário para a Tribuna.

A conclusão foi encaminhada para a Infra S.A., estatal do Governo Federal e braço técnico operacional do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com as diretrizes do que deve ser ajustado. O trabalho vai até o final deste mês.

“Com isso, nós encaminhamos ao Tribunal de Contas da União (TCU) e há um prazo estimado de 120 dias para análise da equipe técnica, até fevereiro de 2025. Depois, vem a deliberação junto ao colegiado dos ministros e, após isso, estaríamos aptos a marcar o leilão”, explica.

Ávila considera o modelo inovador em relação ao que se aplica quando o pregão se refere a um arrendamento de terminal para movimentar carga. Nessa última situação, os interessados apresentam propostas e documentações para se habilitar e, no dia da sessão pública, dão lances. O maior ganha e começa um processo burocrático para assinar um contrato, dando início a fazer um investimento.

“No caso da concessão do canal, o modelo é totalmente diferente. Nós trabalhamos com o maior desconto na tabela tarifária anual. Obviamente, isso tem um teto de desconto. Não é algo que é possível chegar lá e dizer que vai dar 80% de desconto, até porque a gente faz a conta e sabemos qual é o teto para isso ter simetria. Afinal de contas, dragagem, pela natureza da sua essência é um serviço caro. São equipamentos grandes, é um tipo de serviço complexo”, explica o secretário.

Os investimentos também incluem atividades acessórias, caso do balizamento e da sinalização do canal de navegação. “É cobrado dos usuários do Porto uma tarifa para que eles façam a utilização. Isso já é realizado hoje. A diferença é que, ao invés de ir para a Autoridade Portuária, vai ser recolhida em favor do concessionário privado, que irá reverter em melhorias”, detalha.

### Benefícios

Três elementos são essenciais para definir os benefícios da concessão de ativo como um canal portuário, segundo o secretário nacional de Portos: elevação de nível de serviço, governança operacional e previsibilidade para o mercado.

“Se a gente for pensar em um efeito em cadeia, maior é o benefício do porto, que movimenta mais carga, maior é o benefício dos municípios, que percebem ali um recolhimento de tarifa mais elevado. Então, toda a cadeia logística é beneficiada com isso”, argumenta Ávila.

O concessionário terá obrigações muito bem mapeadas, delimitadas e organizadas mediante um calendário. “Os editais de licitação têm vários elementos em comum com relação à documentação. É um grande checklist. Mas o principal elemento é justamente o atendimento às premissas técnicas no decorrer do prazo da concessão, que é a execução dos serviços de dragagem de manutenção e de aprofundamento”, completa.



**“Ao Norte do Brasil, temos o Porto de Santos, maior da América do Sul. Ao Sul, temos cinco grandes, entre terminais e portos públicos catarinenses. Tudo isso faz com que a gente busque cada vez mais um diferencial”, afirma o diretor-presidente da Portos do Paraná (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)**

### Serviço eficiente melhora a logística

Possibilidade de melhorar a logística e, com isso, ser ainda mais competitivo. É a principal vantagem vista pelo diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, sobre a concessão

do canal do Porto de Paranaguá.

“Ao Norte do Brasil, temos o Porto de Santos, maior da América do Sul. Ao Sul, temos cinco grandes, entre terminais e portos públicos catarinenses. Tudo isso faz com que a gente busque cada vez mais um diferencial para possamos sobreviver nesse ambiente tão competitivo. Paranaguá tem sido um porto reconhecido e demandado, mas nós temos algumas deficiências”, reconhece.

Uma delas, lembra Garcia, é o calado de, em média, 13 metros e meio de Paranaguá, insuficiente para a carga total dos navios de 366 metros de comprimento, cada vez mais comuns na costa brasileira.

“Temos uma perspectiva de aumento de 2 metros de calado. A ideia é chegar a 15,5 metros dentro das primeiras obrigações de contrato. Foi uma das exigências que a Portos do Paraná colocou”, detalha.

Garcia diz que serão quatro anos, no máximo, para todos os investimentos. “A concessionária pode antecipar, uma vez que ela só passa a receber o valor tarifário e cheio assim que finalizar esses serviços de aprofundamento”, completa.

A segurança aos operadores futuros e atuais com o longo prazo da concessão é outro aspecto lembrado por Garcia. “Qualquer interrupção desses serviços de dragagem, que precisam ser permanentes, gera um assoreamento do nosso canal e uma diminuição do nosso calado”, explica.



**Cais santista deve ser o terceiro na lista de privatizações (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)**

### **Cais santista deve ser o terceiro na lista de privatizações**

Levando em conta o nível de maturidade dos processos, o Porto de Santos deve ser o terceiro do País a fazer a concessão do canal de navegação, afirma o secretário nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila. Depois do de Paranaguá (PR), ainda há o de Itajaí (SC).

O leilão de Santos está previsto para ser realizado entre o final de 2025 e o início de 2026. O prazo de concessão trabalhado é de, no mínimo, 25 anos, mas a tentativa é de chegar aos 35. Os valores previstos em investimentos no decorrer da concessão são de até R\$ 6 bilhões.

“O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) vem desenvolvendo o modelo e estamos com o nosso cronograma junto ao Banco, referente a Santos, organizado no sentido de encerrar este ano com o que podemos chamar de versão 1 dos estudos para a nossa avaliação”, explica.

Além do BNDES, o Ministério de Portos e Aeroportos, em especial a Secretaria Nacional de Portos, e a Autoridade Portuária de Santos (APS) participam do processo.

Embora haja o exemplo do canal de Porto de Paranaguá, o secretário argumenta não ser possível simplesmente pegar esse modelo, trocar os números e colocar o de Santos.

“Cada porto tem as suas características, tanto com principais tipos de carga, volumes e futuro. O tempo de se elevar a profundidade de Paranaguá não é necessariamente o mesmo para Santos. São momentos e tipos de mercados diferentes. Então, cada estudo é distinto. Agora, diretriz de política pública, premissas e, obviamente, os bons frutos que a gente colha, aplicamos de um para o outro com toda certeza”, explica.

### **Outros**

O Porto de Itajaí (SC) está em estágio avançado, com chance de pregão nos últimos meses do próximo ano, antes de Santos, prevê Ávila.

Depois do complexo santista, está a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) e, na sequência, os portos de Rio Grande (RS), Suape (PE) e Itaqui (MA), com leilões previstos para o decorrer de 2026.

“Estamos falando dos principais portos do País. Temos certeza que é o caminho adequado”, define o secretário.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 17/10/2024*

## TÚNEL NO LITORAL DE SÃO PAULO: ESTADO FARÁ REUNIÃO COM MORADORES SOBRE DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES

Os proprietários aceitaram deixar imóveis, mas impuseram condições

*Por Bárbara Farias*



**Construção do túnel de 1,5 km (870 metros imersos) entre as duas margens custará mais de R\$ 5 bilhões e concessão prevista é de 30 anos (Vanessa Rodrigues/ AT)**

Representantes da Associação Comunitária do Macuco (ACM) e da Secretaria Estadual de Parcerias e Investimentos (SPI) voltarão a se reunir no próximo dia 24, em Santos, para discutir questões relacionadas a desapropriações de imóveis no Bairro Macuco, em prol das obras do túnel imerso Santos-Guarujá. Os proprietários aceitam deixar os imóveis, desde que sejam indenizados em valores de mercado e que o processo seja executado pelo Governo do Estado e não pela futura concessionária.

indenizados em valores de mercado e que o processo seja executado pelo Governo do Estado e não pela futura concessionária.

“Estamos discutindo se quem fará as desapropriações será o Estado ou a concessão. Na documentação apresentada aos investidores, consta que as empresas é que farão a desapropriação. Nós não queremos isso”, afirma o secretário da ACM, José Santaella.

“Falamos em indenizações mais compensações. As planilhas foram alteradas de R\$ 117 milhões para R\$ 550 milhões em custo social”, aponta Santaella, questionando se a empresa arcará com esse aporte e se haverá fiscalização, avaliações e laudos periciais dos imóveis. “Esses são os pontos frágeis do projeto”.

Ele diz que os moradores negociam a definição de novo traçado; o conceito de superquadra entre a Avenida Rodrigues Alves e a Rua José Patrocínio, desde a Avenida Senador Dantas até a Rua Almirante Tamandaré; o isolamento de toda a área de obra e acesso ao túnel e o valor mínimo de R\$ 10 mil o metro quadrado, proposto pelo Estado.

### Eventuais desapropriações

O Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) da ligação seca entre Santos e Guarujá prevê 59 desapropriações no Macuco, em especial na Rua José do Patrocínio. A desocupação da área seria necessária para a instalação de um binário que inclui a passagem do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo túnel.

O documento foi feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e apresentado pela socióloga e representante da entidade, Ana Maria Iversson, na audiência pública realizada em Santos no dia 9.

### Governo estadual

A SPI confirma a reunião no dia 24, mas não informa o horário. Em nota, diz que o Estado concorda que o valor pago pelas desapropriações seja o de mercado. A SPI afirma ainda que isso já foi discutido com os moradores do Macuco e em reuniões em conjunto com o Governo Federal.



### Autoridade portuária

Embasado em parecer da Superintendência Jurídica, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, entende que, para a legitimidade do processo, é necessário que as indenizações correspondam ao valor de mercado no momento da desapropriação, preservando o equilíbrio socioeconômico de forma a mitigar a transferência compulsória da propriedade privada para o domínio público, fortalecendo a relação Porto-Cidade.

Conforme o parecer da APS, de acordo com Pomini, a indenização justa precisa “garantir a segurança jurídica do proprietário e servir como instrumento de justiça social, mitigando os eventuais impactos da desapropriação, de modo a evitar a marginalização econômica dos expropriados, garantindo a distribuição equitativa dos custos sociais da desapropriação”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/10/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### ANTAQ CRIA COMITÊ PERMANENTE DE PRESTAÇÃO ADEQUADA DE SERVIÇO NA TRAVESSIA MANAUS (AM) - CAREIRO DA VÁRZEA (AM)

Decisão tem como objetivo solucionar as demandas da travessia e adequar a prestação de serviço na região



Brasília, 17/10/2024 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou a criação de um Comitê Permanente de Prestação Adequada de Serviço na Travessia Manaus (AM) - Careiro da Várzea (AM).

Entre os integrantes estão a Agência, que irá coordenar o comitê, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a Capitania dos Portos, as Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) que operam na região,

as prefeituras de Manaus e de Careiro da Várzea - como representantes da sociedade civil e dos usuários - e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A implementação foi uma ação acrescida ao processo, com aprovação ad referendum na reunião de diretoria desta quinta-feira (17), que trata da autorização temporária e emergencial de empresa para aumentar a oferta de balsas na travessia e conseqüentemente diminuir o fluxo de veículos no local.

O diretor Alber Vasconcelos, que relatou o processo, explicou que a ideia da criação do comitê permanente aconteceu durante a visita técnica dele e do diretor-geral, Eduardo Nery, à região no início da semana para acompanhar de perto as ações emergenciais adotadas pela Agência, que reduziram os impactos causados pela seca prolongada na travessia.

“O comitê vai auxiliar na busca por soluções aos problemas detectados no local, bem como para adequar a prestação do serviço para que não haja novas intercorrências que prejudiquem a população da região”, afirmou o diretor Alber.

Com a implementação do comitê serão feitas reuniões periódicas com todos os integrantes a fim de fazer um acompanhamento efetivo e melhorar o serviço da região.

### Ações emergenciais

As ações emergenciais adotadas pela ANTAQ permitiram a diminuição rápida das filas de veículos na travessia. Além de autorização emergencial e temporária de empresa específica, a Agência

também suspendeu temporariamente os efeitos da Resolução ANTAQ 5.773/2017, que limita a entrada de novos operadores até que seja comprovada a viabilidade operacional. Isso vai abrir espaço para que novas empresas que preencham os requisitos legais possam solicitar autorização temporária para operar na travessia.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)**

**Data: 17/10/2024**

## **TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA IMPLEMENTAR O AMBIENTE DE REGULAÇÃO EXPERIMENTAL, CONHECIDO COMO SANDBOX REGULATÓRIO, SERÁ REALIZADA**

A ferramenta vai permitir que algumas empresas operem com regras diferentes por um período de tempo para possibilitar inovação



Brasília, 17/10/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, em reunião de diretoria, nesta quinta-feira (17), a abertura de tomada de subsídios, por 30 dias, para tratar do ambiente regulatório experimental, conhecido como sandbox regulatório.

Esse instrumento permite que uma empresa, que é selecionada após chamamento público, opere com regras diferentes das demais por um período determinado de tempo.

Durante o período, essa empresa pode testar novos modelos de negócio ou serviços inovadores, por exemplo, sob a supervisão da Agência que avalia ao final deste teste os possíveis benefícios ou riscos à sociedade.

Essa exceção é criada para que as empresas avaliem inovações que não poderiam ser testadas sem a alteração das regras. Mais informações sobre a tomada de subsídios estarão disponíveis neste link em breve.

### **Benefícios**

Com o sandbox regulatório é possível ter mais governança e estabilidade regulatória, ao mesmo tempo em que desatrela o início de determinadas atividades econômicas à edição de novas regulações aderentes a novos modelos de negócios.

O instrumento atende situações específicas, a partir de chamamento público com regras e critérios de participação definidos em edital. O sandbox permite testar novas regras em pequenos grupos antes de serem lançados para os usuários em geral, estimulando o ambiente de inovação tecnológica.

Após o período de testes, nesse ambiente controlado, a Agência estabelecerá as regras que todo o mercado regulado deverá atender, incluindo as empresas participantes do sandbox regulatório.

Desta forma, a implementação desta ferramenta tem o potencial de contribuir para potencializar a capacidade de inovação e absorção de tecnologias de forma estruturada; ampliar fontes de recursos externos em inovação, tecnologia e ações estratégicas para melhorar a prestação de serviços; e desenvolver competências em regulação, cultura de inovação, integridade e governança.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)**

**Data: 17/10/2024**



Portos e Aeroportos

### GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

#### AVISO DE PAUTA - SILVIO COSTA FILHO VISITA PORTO ALEGRE PARA REABERTURA OFICIAL DO AEROPORTO SALGADO FILHO

Evento marca a retomada de voos comerciais no principal terminal da região Sul

Depois de mais de 160 dias sem receber voos comerciais por conta das fortes enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, o aeroporto Salgado Filho, maior terminal em termos de movimentação de passageiros da região Sul, voltará a receber operações aéreas. A reabertura oficial do sítio aeroportuário será feita às 10h desta sexta-feira (18) pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. O evento contará também com a participação do ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Paulo Pimenta, além de autoridades do setor aéreo e de parlamentares do estado.

Neste primeiro momento, o aeroporto terá capacidade para receber 128 voos diários provenientes de rotas nacionais, que serão realizados entre 8h e 22h. A operação parcial ocorrerá com a pista reduzida, com 1.730 metros. Na próxima segunda-feira (21), dia de retomadas das operações, estão previstos até agora cerca de 71 voos confirmados. De acordo com a Fraport, concessionária que administra o complexo aeroportuário, a previsão é que a retomada integral das operações ocorra até 16 de dezembro, quando a pista de pouso e decolagem de aeronaves será utilizada em sua totalidade, momento que retornará também as operações de voos internacionais.

Fechado no dia 3 de maio, o aeroporto Salgado Filho permaneceu por semanas com cerca de 75% da pista de pousos e decolagens submersa. Para retornar as operações aéreas cumprindo todos os critérios internacionais de segurança, o Governo Federal e a Fraport montaram um plano de recuperação da infraestrutura. No dia 15 de julho, o aeroporto reabriu parcialmente os serviços de embarque e desembarque de passageiros, dos voos realizados na Base Aérea de Canoas, localizada a aproximadamente 10 quilômetros de distância do Salgado Filho.

#### **Credenciamento**

Os profissionais de comunicação interessados em realizar a cobertura do evento deverão realizar credenciamento até às 8h desta sexta-feira (18) pelo e-mail do Ministério de Portos e Aeroportos: [ascom@mpor.gov.br](mailto:ascom@mpor.gov.br). É fundamental que o jornalista indique as seguintes informações: nome, RG e veículo para qual trabalha. Dúvidas acerca da agenda podem ser esclarecidas pelo telefone 61 9 8157-9169.

O evento será realizado no 3º andar do aeroporto. Por se tratar de uma área restrita, todos os equipamentos e profissionais passarão por procedimentos de segurança. A organização sugere que os jornalistas cheguem ao local da solenidade com 1h de antecedência do início do evento.

#### **Serviço**

O quê : Reabertura do aeroporto Salgado Filho

Quando: Sexta-feira, 18 de outubro, às 10h

Onde: Aeroporto Salgado Filho - Avenida Severo Duillius, 90.010, Anchieta - Porto Alegre

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/10/2024

#### **DOLFINOS DE PROTEÇÃO - PRESIDENTE LULA ANUNCIA R\$ 47 MILHÕES PARA REFORÇAR SEGURANÇA NA PONTE NEWTON NAVARRO, EM NATAL (RN)**

Os recursos da União, por meio do Novo PAC, vão permitir a construção de defensas para garantir mais segurança durante as manobras das embarcações



**Cerimônia de investimentos em Natal (RN) - Foto: Eduardo Oliveira**

A Ponte Newton Navarro, em Natal (RN), será revitalizada com investimento de R\$ 47 milhões do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O valor será utilizado para obras de construção dos Dolfins de Proteção dos Pilares (defensas) do vão navegável. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (16) pelo ministro de

Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante cerimônia de entrega de investimentos no estado.

O valor destinado à Ponte Newton Navarro visa garantir mais segurança nas operações de aproximação das embarcações durante as manobras. As obras serão realizadas nos apoios 17 e 18 da ponte, que dá acesso ao Porto de Natal. A ação faz parte de uma parceria entre o Ministério de Portos e Aeroportos e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A assinatura do contrato para a execução da obra está prevista para dezembro deste ano. As melhorias devem ser iniciadas em janeiro de 2025 e têm conclusão estimada para junho de 2026.

O evento em Natal foi comandado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que também anunciou investimentos em saneamento básico, abastecimento de água, contratação de 400 unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, e a construção de mais de 2 mil cisternas em 24 municípios do Estado.

"No Brasil, nenhum outro governo federal fez tantos investimentos no Nordeste do Brasil", afirmou o presidente Lula, que lembrou da obra de transposição do Rio São Francisco, uma obra histórica no país. Durante o evento, Lula disse ainda que os recursos para a região são uma questão de justiça e de igualdade. "Todos os recursos que investimos aqui são pela democracia, pela civilidade, para dar chances aos estados e municípios de crescer e progredir".

Silvio Costa Filho comemorou poder voltar ao Rio Grande do Norte para entregar todos os investimentos que estão sendo feitos pelo governo federal. "O presidente Lula está fazendo o maior volume de investimentos da história do Estado. Isso mostra o comprometimento do governo com o Rio Grande do Norte". E ressaltou que esse é um trabalho coletivo e que, graças a isso, é possível entregar os investimentos necessários. "Estamos, hoje, anunciando as defensas da Ponte Newton Navarro, que é muito importante. Investimentos de quase 50 milhões, que vão ajudar na melhoria logística e na operação do porto, fazendo com que possamos receber navios maiores, melhorando a manobrabilidade e ajudando no escoamento da produção."

Atualmente, há proibições para manobras noturnas de navios no período das 18h às 5h no porto, o que gera aumento de custo para os clientes. Com as defensas, será possível a circulação de embarcações de maior porte e em qualquer horário. A Ponte Newton Navarro foi inaugurada em novembro de 2007. Ela é o principal ponto de acesso entre as zonas Leste e Norte da cidade e tem 55 metros de altura em seu vão central e aproximadamente 1,8 km de extensão. A estrutura sobre o rio Potengi liga a Praia do Forte à Praia da Redinha.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, também destacou em sua fala a importância das obras para levantar as defensas na ponte Newton Navarro. "As defensas da ponte vão sair, sim! A importância delas é, em primeiro lugar, segurança que vão trazer, além do aumento de mobilidade do canal. Também vai potencializar o desenvolvimento do turismo, que é uma das atividades econômicas mais promissoras que temos aqui no Rio Grande do Norte", afirmou a governadora.

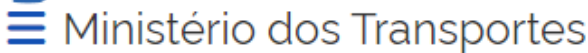
O ministro Silvio Costa Filho falou também sobre os próximos investimentos que serão feitos na área de portos e aeroportos pelo governo Federal. "Em quatro anos, o presidente Lula vai investir quase



R\$ 400 milhões no porto do Rio Grande do Norte, em dragagens, em terminais, no plano logístico, para melhorarmos a infraestrutura do local. O Porto Verde de Caiçara do Norte, que pode se transformar em um dos maiores complexos portuários do Brasil. Esse porto é importante para o governo e vamos acelerar esse processo”, afirmou.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*

*Data: 17/10/2024*



### GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

#### **AVISO DE PAUTA - COM INVESTIMENTO DE R\$252,7 MILHÕES, RENAN FILHO AUTORIZA DUPLICAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DE MACEIÓ**

No mesmo dia, ministro ainda assina ordens de serviço para recuperação em rodovias estaduais, em convênio com DNIT e DER-AL

Uma rodovia com tráfego intenso e histórico de acidentes vai receber uma aguardada duplicação em quase 44 quilômetros de extensão. Trata-se da BR-424 em Alagoas, no trecho do Arco Metropolitano da capital, Maceió. O ministro dos Transportes, Renan Filho, junto ao governador do estado, Paulo Dantas, vai assinar a ordem de serviço para o início das obras. A via tem grande importância para facilitar a vida dos habitantes da região, além do impacto econômico: é o principal acesso ao polo de Marechal Deodoro e ao Porto de Maceió. O investimento total, só neste empreendimento, é de R\$ R\$252,7 milhões.

No mesmo dia, o ministro vai ao município de Taquarana para assinar outra ordem de serviço, que inclui a recuperação de trechos de rodovias estaduais danificadas por absorverem o fluxo do tráfego da BR-101, que chegou a ser interditada na região de São Miguel dos Campos. Para a restauração das estradas, foi firmado um convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o Departamento de Estradas de Rodagem do estado (DER-AL).

#### **Cobertura da imprensa**

Para os profissionais da imprensa interessados em cobrir o evento, não há necessidade de credenciamento prévio.

#### **Serviço**

O quê: assinatura de ordem de serviço do Arco Metropolitano de Maceió

Quando: Quinta-feira, 17 de outubro, às 10h

Onde: Palácio República dos Palmares – Salão de Despachos – R. Cincinato Pinto, 77 - Centro, Maceió - AL

O quê: assinatura de ordem de serviço e convênio para recuperação de rodovias estaduais

Quando: Quinta-feira, 17 de outubro, às 12h

Onde: Conjunto Alto das Colinas, Taquarana/AL, em frente ao Ginásio Poliesportivo Manoel Rodrigues

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 17/10/2024*

#### **RODOVIAS - COM INVESTIMENTO DE R\$ 360 MILHÕES NO RN, RENAN FILHO GARANTE, AO LADO DE LULA, DUPLICAÇÃO DA BR-304, DE NATAL A MOSSORÓ**

"Essa duplicação representa um impulso na economia e desenvolvimento do estado. Cuidar das estradas é cuidar da vida das pessoas", celebrou a governadora Fátima Bezerra



*Ministro Renan Filho participa de evento no Rio Grande do Norte ao lado do presidente Lula - Foto: EDUARDO OLIVEIRA / MPor*

Um dos trechos mais importantes da BR-304/RN, conhecido como Reta Tabajara, no Rio Grande do Norte, está prestes a ser 100% duplicado. “Finalizamos a duplicação, agora só falta a parte da cidade de Macaíba e em novembro iremos publicar o edital para concluir esse trecho”, anunciou o ministro Renan Filho nesta quarta-feira (16), em Natal, durante evento ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Macaíba fica a cerca de 20 quilômetros de Natal e a Reta Tabajara, segmento da BR-304 entre Parnamirim (na região metropolitana da capital) e a cidade, é um dos trechos mais movimentados do estado. São mais de 50 mil veículos por dia percorrendo a rota, que é a principal via de acesso ao interior potiguar.

O ministro dos Transportes assinou também, junto com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o lançamento do edital do projeto de proteção dos pilares de sustentação da ponte Newton Navarro, no valor de R\$47 milhões. Só em 2024, o Ministério dos Transportes investiu cerca de R\$360 milhões na infraestrutura do Rio Grande do Norte.

“Neste ano, os investimentos na malha rodoviária do estado devem chegar a quase R\$400 milhões, o que garante que o estado esteja atualmente no melhor momento da qualidade das rodovias federais, desde o início da medição”, celebrou Renan Filho.

E investimento é sinônimo de resultado. O Índice de Condição de Manutenção (ICM) da malha rodoviária do Rio Grande do Norte atingiu recorde na série histórica desde 2016, passando de 69% da malha rodoviária em boas condições em 2022 para 82% de rodovias federais em bom estado de conservação em agosto de 2024.

Outro sonho dos potiguares está próximo de virar realidade: a duplicação da BR-304/RN entre Natal e Mossoró. “Nós vamos concluir esse projeto ainda esse ano e ano que vem vamos iniciar as obras”, disse o ministro dos Transportes.

A governadora Fátima Bezerra destacou o empenho do ministro Renan Filho em avançar nas obras estratégicas para o estado, afirmando que cuidar das estradas é cuidar de vidas. “Além de concluir a Reta Tabajara, as parcerias que estamos firmando com o Ministério dos Transportes são inéditas em uma região que, por muito tempo, não recebeu nenhum apoio. Este é um legado que o governo Lula deixará para o Rio Grande do Norte”, concluiu.

Com 409 quilômetros de extensão, a BR-304 é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e turístico do estado.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 16/10/2024*

# BE NEWS

## BE NEWS – BRASIL EXPORT

### EDITORIAL – ARROZ DA GENTE: UM GRÃO DE ESPERANÇA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O lançamento do Programa Arroz da Gente, pelo Governo Federal, representa um passo significativo para garantir a segurança alimentar no Brasil. Ao estimular a produção e a formação de estoques de arroz, o programa não apenas busca estabilizar os preços do produto como também fortalece a agricultura familiar e contribui para a diversificação da produção agrícola no país.



A crise da falta de arroz, intensificada pelas recentes enchentes no Rio Grande do Sul, evidenciou a fragilidade da cadeia produtiva e a necessidade de políticas públicas mais robustas para garantir o abastecimento interno. O programa anunciado pelo governo, ao oferecer contratos de opção para os produtores, cria um ambiente de maior segurança e previsibilidade, incentivando o investimento na produção do grão.

A decisão de não recorrer à importação de arroz, como havia sido cogitado anteriormente, demonstra a importância de fortalecer a produção nacional. Ao apoiar os pequenos e médios produtores, o governo contribui para a geração de renda no campo e para a fixação das pessoas no meio rural. Além disso, a diversificação de cultivares, incentivada pelo programa, promove a sustentabilidade da produção e a preservação da biodiversidade.

O Programa Arroz da Gente se insere em um contexto mais amplo de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e a agricultura familiar. O Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) traçam um caminho para um sistema alimentar mais justo e sustentável, com maior participação da agricultura familiar e menor dependência de insumos químicos.

A erradicação da fome, um dos principais objetivos do governo, exige ações coordenadas e consistentes em diversas frentes. O Programa Arroz da Gente é um exemplo de como políticas públicas bem desenhadas podem contribuir para a melhoria da vida das pessoas e para o desenvolvimento do país.

É fundamental que o programa seja implementado de forma eficiente e que os recursos sejam utilizados de forma transparente. Acompanhar a evolução do programa e avaliar seus resultados será crucial para garantir que ele atinja seus objetivos e contribua para a construção de um país mais justo e com segurança alimentar para todos.

Em suma, o Programa Arroz da Gente representa um passo importante na direção de garantir a segurança alimentar no Brasil. Ao fortalecer a produção nacional, apoiar a agricultura familiar e promover a diversificação da produção, o programa contribui para a construção de um sistema alimentar mais justo, sustentável e resiliente. É preciso, no entanto, que o governo mantenha o foco nessa agenda e continue investindo em políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural e a segurança alimentar.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 17/10/2024*

## **NACIONAL - HUB – CURTAS - CONSÓRCIO NORDESTE VAI INSTALAR COMITÊ PARA MONITORAR SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **BLITZKRIEG 1**

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, voltou a cobrar nessa quarta-feira, dia 16, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a abertura de um processo “rápido, célere e objetivo” para apurar se a empresa distribuidora de energia elétrica Enel vem descumprindo cláusulas do contrato de concessão do serviço na Região Metropolitana de São Paulo. “Defendo que a Aneel abra um processo rápido, célere e objetivo para apurar se ela (Enel) descumpriu índices regulatórios que o TCU (Tribunal de Contas da União) disse, no ano passado, que ela não descumpriu. E que, caso tenha descumprido, instaure um processo e apresente ao poder concedente (União) as possibilidades (de sanções)”, afirmou.

### **BLITZKRIEG 2**

Ao detalhar as ações que o Governo Federal implementou para auxiliar a Enel e as autoridades paulistas a restabelecerem o fornecimento da energia elétrica, interrompido por um forte temporal e ventos de mais de 100 km/h na sexta-feira, dia 11,, Silveira ressaltou que a possibilidade de a União

romper o contrato com a Enel, válido até 2028, é um processo complexo, que exige um parecer da agência reguladora. E lembrou que, há meses, solicitou à Aneel, oficialmente, que instaurasse um processo legal a fim de verificar as penalidades cabíveis nos recorrentes apagões em áreas atendidas pela Enel.

### **BLITZKRIEG 3**

“Alguém tem dúvida de que se esse fosse o caminho, que se essa fosse uma possibilidade real que pudesse ser feita sem quebra de contrato ou judicialização, sem aumentar o ônus para o consumidor, o ministro já não a teria tomado?”, questionou o ministro, destacando que não há, no setor energético nacional, precedente de decretação de caducidade contratual.

### **EMERGÊNCIA CLIMÁTICA 1**

O Consórcio Nordeste anunciou, para esta quinta-feira, dia 17, a instalação de um comitê que pretende monitorar e enfrentar situações de emergência climática nos nove estados nordestinos que o compõem. A expectativa é a de viabilizar assessoramento técnico especializado a seus nove estados-membros, além de promover cooperações e estruturar políticas públicas que fortaleçam a resiliência climática do Nordeste.

### **EMERGÊNCIA CLIMÁTICA 2**

O Comitê Científico de Monitoramento e Enfrentamento das Emergências Climáticas (CC-MEEC) será composto por dois representantes de cada estado, visando a uma atuação conjunta para o enfrentamento dos desafios climáticos cada vez mais presentes no cotidiano desta e de outras regiões do país.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/10/2024

## **NACIONAL - LULA LANÇA PROGRAMA DE R\$ 1 BI PARA PRODUÇÃO E COMPRA DE ARROZ**

Iniciativa se destina a pequenos e médios produtores

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



*Lula lançou, nesta quarta-feira (16), o Programa Arroz da Gente para estimular a produção e a formação de estoques do grão no país. Serão investidos cerca de R\$ 1 bilhão na iniciativa para a compra de até 500 mil toneladas do produto. Foto: Ricardo Stuckert*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, nesta quarta-feira (16), o Programa Arroz da Gente para estimular a produção e a formação de estoques do grão no país. Serão investidos cerca de R\$ 1 bilhão na iniciativa para a compra de até 500 mil toneladas do produto.

Os pequenos e médios produtores que quiserem produzir arroz poderão assinar contratos de opção com o governo federal, que garantirá a compra da produção com preço já estabelecido. Durante a cerimônia, no Palácio do Planalto, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, explicou que os parâmetros dos contratos de opção foram estabelecidos em parceria com os ministérios da Fazenda e da Agricultura. As informações são da Agência Brasil.

“Os contratos vão estimular a produção do arroz em até 500 mil toneladas, auxiliando a mitigar as perdas das safras de 2023 e 2024 devido à seca e às enchentes na Região Sul”, disse. “Esse programa visa ampliar a produção de arroz pela agricultura familiar e promover a diversidade regional e de variedades cultivares”, acrescentou.

O Programa Arroz da Gente faz parte do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab), chamado Alimento no Prato, e é lançado após o fracasso do leilão para a compra de arroz importado, em maio, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e anulado no mês seguinte diante de





denúncias de irregularidades das empresas vencedoras. Um novo edital chegou a ser prometido pelo governo, mas a medida provisória que autorizava o leilão perdeu a validade antes de ser votada pelo Congresso Nacional.

O leilão tinha como objetivo garantir o abastecimento e estabilizar os preços do produto no mercado interno, que tiveram uma alta média de 14%, chegando em alguns lugares a 100%, após as inundações no Rio Grande do Sul em abril e maio deste ano. O estado é responsável por cerca de 70% do arroz consumido no país. A produção local foi atingida tanto na lavoura como em armazéns, além de ter a distribuição afetada por questões logísticas no estado.

### **Mapa da Fome**

O Programa Arroz da Gente faz parte do conjunto de ações apresentadas hoje pelo governo para o abastecimento alimentar da população e o incentivo à produção orgânica, em celebração ao Dia Mundial da Alimentação, e estão contempladas no Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab), batizado de Alimento no Prato, e no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

O Dia Mundial da Alimentação é celebrado globalmente em 16 de outubro, data de fundação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 1945.

Em discurso, o presidente Lula reafirmou o compromisso de tirar novamente o Brasil do Mapa da Fome, até 2026. “Quando nós voltamos [para o terceiro mandato] já tinha 33 milhões de pessoas passando fome outra vez. Nós já tiramos, em um 1 ano e 10 meses de governo, 24,5 milhões de pessoas do Mapa da Fome outra vez, e a nossa ideia é tirar todos da fome até terminar o mandato”, disse, cobrando seus ministros para que as ações sejam, de fato, tiradas do papel. “Isso não pode ser letra morta, isso tem que acontecer”, afirmou.

O Mapa da Fome é publicado anualmente pela FAO e apresenta o número de pessoas que enfrentam a fome e a insegurança alimentar no mundo. Um país entra na lista quando mais de 2,5% de sua população enfrenta falta crônica de alimentos. O Brasil havia saído do Mapa da Fome em 2014 e sustentou a posição até 2018. Entre 2019 e 2022, houve crescimento da insegurança alimentar e nutricional e o país voltou a integrar o relatório da organização.

Em 2023, mais de 24 milhões de pessoas saíram da situação de insegurança alimentar grave no Brasil.

O presidente reafirmou que o combate à fome é uma escolha política dos governantes e lembrou que o Brasil vai lançar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza na Cúpula de Líderes do G20, em novembro, no Rio de Janeiro.

“A gente pode dizer que existe seca, a gente pode dizer que existe excesso de chuva, a gente pode dizer tudo que nós quisermos, mas a verdade é que a única explicação para a existência da fome é uma coisa chamada irresponsabilidade de quem governa os países, de quem governa os estados. É preciso que o Estado tenha a capacidade de priorizar para quem que ele quer governar, nós temos que fazer escolhas”, disse Lula.

### **Segurança alimentar**

Além do Programa Arroz da Gente, o Plano Alimento no Prato tem medidas para ampliar os sacolões populares e centrais de abastecimento por todo o país, para facilitar o acesso a alimentos saudáveis e frescos. Inicialmente, serão implantadas seis novas centrais de abastecimento: na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, em Sergipe e duas em São Paulo.

“São 29 iniciativas e 92 ações estratégicas para criar um sistema de abastecimento inclusivo e estruturado que garanta o direito à alimentação e a soberania alimentar desde a produção até chegar no prato”, explicou o ministro Paulo Teixeira, citando ainda o incentivo à produção de alimentos saudáveis em sistemas sustentáveis, observando, principalmente, os alimentos da cesta básica do brasileiro.

Para a presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Elisabetta Recine, o lançamento simultâneo dos dois planos representa o compromisso do governo e da sociedade civil organizada de “desatar dois dos principais nós que fazem com que a realização do direito humano à alimentação adequada seja ainda um grande desafio”.

Segundo ela, a forma como os alimentos são produzidos e consumidos “é um dos principais contribuidores da crise climática”, por isso, defendeu que é preciso avançar “com compromisso, orçamento e práticas efetivas para transformar o sistema alimentar”.

### Produção orgânica

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), por sua vez, vai reunir ações para fortalecer as cadeias produtivas de produtos orgânicos e agroecológicos. Ele prevê iniciativas voltadas para pesquisa e inovação, incentivo às compras públicas e inclusão de mulheres, jovens, indígenas e quilombolas na agricultura familiar, além de ações de incentivos financeiros e de apoio para a transição agroecológica, para a sustentabilidade e a conservação ambiental.

São 197 iniciativas, envolvendo 14 ministérios. De acordo com o ministro Paulo Teixeira, o Planapo tem como compromisso destinar R\$ 6 bilhões em crédito no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para a produção orgânica e ou agroecológica; R\$ 115 milhões em fomento visando a inclusão produtiva e R\$ 100 milhões em parceria com a Fundação Banco do Brasil e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O governo também quer promover uma nova etapa de substituição de agrotóxicos altamente tóxicos e de alta periculosidade usados nos diversos cultivos no país. “Diversos químicos já proibidos na Europa e nos Estados Unidos ainda são largamente utilizados aqui no Brasil, e esses químicos, deverão ser substituídos por biológicos. O melhor de tudo é que os bioinsumos são capazes de garantir alta produtividade, alta qualidade e por um custo menor”, disse Teixeira.

Segundo o ministro, ainda não há definição dos produtos que serão atingidos pela medida.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/10/2024**

## NACIONAL - GOVERNO FEDERAL DESCARTA RETORNO DO HORÁRIO DE VERÃO PARA ESTE ANO

Ministro Alexandre Silveira afirma que planejamento garante abastecimento, mas política pode ser reconsiderada em 2025

Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



*Segundo Alexandre Silveira, as medidas de planejamento adotadas pelo Ministério de Minas e Energia garantiram a segurança energética, diminuindo o impacto do horário para este ano (Foto: Ricardo Botelho/MME)*

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que o horário de verão não será retomado em 2024. Segundo ele, o planejamento energético realizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) garantiu a segurança do abastecimento, tornando desnecessária a medida. O anúncio foi feito na quarta-feira (16), durante uma coletiva de imprensa em Brasília, após uma análise detalhada dos estudos conduzidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

“Nós, hoje, na última reunião com o ONS, chegamos à conclusão de que não há necessidade de decretação do horário de verão para este período, para este verão. As medidas de planejamento adotadas pelo MME garantiram a segurança energética, diminuindo o impacto do horário para este ano”, afirmou Alexandre Silveira.

O ministro destacou que, desde 2023, o Brasil não enfrenta risco de desabastecimento de energia. A discussão sobre o retorno do horário de verão foi centrada no planejamento para 2024 e para os próximos anos, com foco na garantia do suprimento energético e na modicidade tarifária, isto é, a manutenção de tarifas menores para os consumidores. Apesar de descartar a medida para o próximo ano, Silveira reforçou que o horário de verão pode ser reconsiderado como política pública no futuro.

Dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) indicam que o Brasil está passando pela pior seca dos últimos 74 anos, o que exigiu ações planejadas e emergenciais para garantir a segurança energética do país. Entre essas ações, Silveira destacou que 49% da água dos reservatórios está preservada, resultado de uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

Entre as medidas adotadas para enfrentar a seca, destacam-se a preservação de recursos da bacia do Rio Paraná, incluindo as usinas hidrelétricas Jupia e Porto Primavera, e a preservação de 11% da água dos principais reservatórios de cabeceira, como Furnas, Itumbiara e São Simão. A operação do reservatório da Usina de Belo Monte foi ajustada para atender à demanda no horário de pico, sem prejudicar as comunidades ribeirinhas. Além disso, foi maximizado o uso de termelétricas e minimizado o despacho das usinas do Norte do Brasil, de forma a preservar recursos para o final do período seco.

Silveira também mencionou o aumento da utilização de energia solar e a busca por soluções técnicas para maximizar o uso das hidrelétricas do Rio Madeira e das termelétricas movidas a gás natural liquefeito (GNL). O objetivo principal dessas ações foi preservar os níveis dos reservatórios para garantir energia nos horários de maior demanda e evitar o uso das usinas térmicas, que são mais caras.

Segundo o relatório do ONS, o horário de verão poderia ser reintroduzido em 2025, caso seja necessário para aumentar a segurança do sistema energético e manter as tarifas em níveis acessíveis. “Temos a segurança energética assegurada para este ano, há o início de um processo de restabelecimento ainda muito modesto da nossa condição hídrica. Temos condições de chegar depois do verão em condição de avaliar, sim, a volta dessa política em 2025”, afirmou o ministro.

Alexandre Silveira também enfatizou que a decisão sobre o horário de verão foi amplamente discutida com setores técnicos e representantes da sociedade, incluindo indústrias, bares, restaurantes e companhias aéreas, além de consumidores.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 17/10/2024*

## NACIONAL - MINISTRO PEDE INVESTIGAÇÃO DA ENEL E DEFENDE REVISÃO DE CONTRATOS

Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



*Diversos municípios seguem sem luz desde a última semana na região metropolitana de São Paulo (Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil)*

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, cobrou na quarta-feira (16) que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abra um processo “rápido, célere e objetivo” para investigar se a Enel, distribuidora de energia elétrica na região

metropolitana de São Paulo, descumpriu cláusulas do contrato de concessão.

“Defendo que a Aneel abra um processo rápido, célere e objetivo para apurar se ela (Enel) descumpriu índices regulatórios que o TCU (Tribunal de Contas da União) disse, no ano passado,

que ela não descumpriu”, declarou Silveira, destacando que, se comprovadas as irregularidades, caberá à Aneel sugerir sanções.

Silveira também mencionou que o rompimento do contrato com a Enel, válido até 2028, seria um processo complexo e sem precedentes, e que há meses já havia solicitado à Aneel a investigação sobre os recorrentes apagões na área de concessão da empresa.

“Alguém tem dúvida de que se esse fosse o caminho, que se essa fosse uma possibilidade real que pudesse ser feita sem quebra de contrato ou judicialização, o ministro já não a teria tomado?”, questionou, enfatizando a complexidade da situação.

O ministro também sugeriu que o contrato da Enel, assinado em 1998 e herdado pela empresa em 2018, está desatualizado, especialmente em relação a eventos climáticos severos, que não eram comuns à época. Para ele, é necessária a atualização dos contratos de concessão, ressaltando que novas regras mais rígidas foram estabelecidas pelo governo em junho.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/10/2024**

## NACIONAL - BNDES APROVA R\$ 500 MI PARA PRODUÇÃO DE CARRO VOADOR

Com financiamento, Eve Air Mobility desenvolverá unidade fabril em Taubaté (SP)

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



**Com uma produção total esperada de até 480 aeronaves por ano, a Eve planeja expandir a capacidade de produção do local em uma base modular, em quatro fases de 120 aeronaves cada. Foto/Divulgação**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento no valor de R\$ 500 milhões para a Eve Air Mobility (Eve) desenvolver a unidade de produção do eVTOL (carro voador). Com recursos do programa BNDES Mais Inovação, a unidade será instalada em Taubaté (SP).

O financiamento da unidade fabril se baseia na parceria entre a Eve e o BNDES após a aprovação, em 2022, de uma linha de crédito de R\$ 490 milhões para dar apoio ao programa de desenvolvimento de eVTOL da Eve.

Com uma produção total esperada de até 480 aeronaves por ano, a Eve planeja expandir a capacidade de produção do local em uma base modular, em quatro fases de 120 aeronaves cada. Isto proporcionará uma metodologia de investimento disciplinada e eficiente em termos de capital à medida que o mercado cresce.

“O financiamento reforça o compromisso do governo do presidente Lula de apoiar projetos inovadores da indústria brasileira, como a mobilidade aérea, que utiliza alta intensidade tecnológica. E o BNDES tem o instrumento necessário para conferir competitividade internacional às empresas nacionais, que é o Programa BNDES Mais Inovação, que já aprovou R\$ 8 bilhões em créditos desde 2023”, explica o presidente do Banco, Aloizio Mercadante.

“Este financiamento será fundamental para a instalação de nossa unidade de produção de eVTOL, que não apenas será a primeira do gênero no Brasil, mas também será alimentada por energia limpa e renovável, alinhada ao nosso compromisso com a sustentabilidade”, declara Johann Bordais, CEO da Eve.

A Eve possui o maior backlog do setor, com cartas de intenção (LOI) para 2.900 eVTOLs de 30 clientes em 13 países, representando um potencial de US\$ 14,5 bilhões em receita. Sua aeronave utiliza oito rotores dedicados para voo vertical e asas fixas para voar em cruzeiro, sem nenhuma

alteração na posição desses componentes durante o voo. O conceito inclui um propulsor elétrico alimentado por motores elétricos duplos que fornecem redundância de propulsão para garantir os mais altos níveis de desempenho, segurança, despachabilidade e baixos custos operacionais.

Além de lançar seu primeiro protótipo em escala real em julho deste ano, a empresa selecionou todos os principais fornecedores de seu eVTOL. À medida que a Eve avança para a próxima fase do desenvolvimento, o protótipo do eVTOL vem realizando uma série de testes projetados para avaliar meticulosamente todos os aspectos da operação e desempenho da aeronave, desde as capacidades de voo até os recursos de segurança.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/10/2024**

## REGIÃO NORDESTE - JUÍZA REVOGA SUSPENSÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE RENOVAÇÃO DA FCA

Magistrada reverte decisão alegando divulgação adequada dos estudos e possível prejuízo ao Governo Federal

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



**A FCA atravessa sete estados e o Distrito Federal. A proposta de renovação da concessão por mais 30 anos inclui a exclusão de 850 km de trilhos no estado do Rio de Janeiro**

A Justiça Federal suspendeu, em caráter liminar, as audiências públicas sobre a renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro Atlântica (FCA). A suspensão ocorreu após a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) reabrir as audiências na última semana.

A medida foi tomada em resposta a uma ação movida pela Logística Brasil – Associação dos Usuários dos Portos do Rio de Janeiro (USUPPORT-RJ), associação que representa usuários dos portos, que alegou falta de cumprimento de etapas essenciais, como a apresentação de estudos prévios, para dar prosseguimento ao processo de renovação.

A decisão foi proferida pela juíza Geraldine Vital, da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que reconheceu o risco de falhas processuais. “Verifica-se que não se deu publicidade ao processo que instrui a renovação, mantido em sigilo sem justificativa legal, notadamente quando a regra a nortear os atos administrativos é o princípio da publicidade”, destacou a magistrada. Ela também pontuou que a ausência de estudos técnicos no processo poderia prejudicar uma análise aprofundada sobre os impactos e benefícios da renovação contratual em comparação com uma nova licitação, comprometendo a transparência e a participação social prevista em lei.

A Ferrovia Centro Atlântica, que atravessa os Estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, surgiu em 1996 após a desestatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e está sob controle da VLI desde 2011. O contrato de concessão atual termina em 1º de setembro de 2026, e a empresa propôs investir R\$ 24 bilhões na infraestrutura ferroviária em troca da prorrogação por mais 30 anos.

Por enquanto, já ocorreram audiências públicas em Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória. As próximas etapas estavam previstas para Salvador, nesta sexta-feira (18), e Goiânia, no dia 21, quando o ciclo de audiências seria encerrado.

Em nota, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) disse que se manifestará sobre o assunto diretamente à Justiça, quando notificada. Já a VLI informou que tomou conhecimento da decisão e está adotando as medidas necessárias para garantir que as audiências públicas sejam realizadas, a fim de ouvir as contribuições da sociedade e também ressaltar o caráter transparente do processo.

“As audiências já realizadas em Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo tiveram ampla participação de representantes de governos e da sociedade civil e sua continuidade é elemento fundamental para permitir que o processo de renovação antecipada tenha as contribuições de todas as partes interessadas, o que reforça ainda mais a robustez e a fundamentação técnica da proposta para um novo ciclo de concessão, construída e debatida ao longo de quase dez anos”, diz um trecho da nota da companhia.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/10/2024

## REGIÃO SUDESTE - NAVIO-PLATAFORMA INICIA OPERAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

O FPSO Maria Quitéria tem capacidade de produzir diariamente até 100 mil barris de óleo e de processar até 5 milhões de m<sup>3</sup> de gás

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



**Com 156 m de altura e 333 m de comprimento, o FPSO Maria Quitéria está instalado em lâmina d'água de 1.385 m. Além disso, terá capacidade de geração de 100 MW de energia (Foto: Divulgação/Petrobras)**

O navio-plataforma FPSO Maria Quitéria produziu seu primeiro óleo na terça-feira, 15 de outubro, no campo de Jubarte, no pré-sal localizado na porção da Bacia de Campos, no Espírito Santo. A embarcação teve o início de suas operações antecipadas. A previsão inicial era para 2025, de acordo com o Planejamento Estratégico da Petrobras 2024-2028.

De acordo com a empresa, a unidade tem capacidade de produzir diariamente até 100 mil barris de óleo e de processar até 5 milhões de metros cúbicos de gás, e será interligada a um total de oito poços produtores e oito injetores.

“Estamos muito satisfeitos em conseguir antecipar a produção do Maria Quitéria em mais de cinco meses perante o previsto. Nossa expectativa é que o pico de produção da unidade seja alcançado entre seis meses e um ano e o Espírito Santo poderá contar com esse óleo e esse retorno”, disse Magda Chambriard, presidente da Petrobras.

A plataforma é do tipo FPSO (sistema flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo, da sigla em inglês) e está equipada com tecnologias para redução de emissões com mais eficiência operacional combinada à redução em cerca de 24% de emissões operacionais de gases de efeito estufa.

Com 156 metros de altura e 333 metros de comprimento, o FPSO Maria Quitéria está instalado em lâmina d'água de 1.385 metros. Além disso, terá capacidade de geração de 100 MW de energia, o suficiente para abastecer uma cidade de 230 mil habitantes.

A Petrobras é a única detentora dos direitos de produção do campo de Jubarte, localizado na área conhecida como Parque das Baleias, no Espírito Santo.

A área do Parque das Baleias é formada pelos campos de Jubarte, Baleia Anã, Cachalote, Caxaréu, Pirambú e Mangangá. O primeiro campo, de Jubarte, foi descoberto em 2001. Em 2019 a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) celebraram um acordo para a prorrogação do prazo de concessão até 2056 do novo campo de Jubarte unificado, que viabilizou a implantação do FPSO Maria Quitéria, novo sistema de produção do Projeto Integrado do Parque das Baleias, além de projetos complementares na área.

Atualmente, estão em operação no Parque das Baleias outras três plataformas: P-57, P-58 e FPSO Cidade de Anchieta. Com a entrada em operação do Maria Quitéria, em plena carga, esta unidade corresponderá a cerca de 40% da produção do campo.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/10/2024**

## REGIÃO SUDESTE - ACS ABRE INSCRIÇÕES PARA O IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Com o tema Ciência e Diversidade para a Construção de Valor, evento busca aproximar universidades e empresas para discutir soluções, desafios e oportunidades visando o futuro de Santos e região

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



*O seminário terá palestras e mesas de diálogos com especialistas, abordando temas de relevância para o cenário empresarial, como ESG, sustentabilidade, governança e inovação (Foto: Divulgação/ACS)*

A Associação Comercial de Santos (ACS), por meio da Câmara de Instituições de Ensino, realizará entre os dias 23 e 25 deste mês o IV Seminário Internacional Universidade-Empresa da Baixada Santista (SP).

Com o tema Ciência e Diversidade para a Construção de Valor, o evento busca aproximar universidades e empresas para discutir soluções, desafios e oportunidades visando o futuro da região.

O seminário contará com palestras e mesas de diálogos com especialistas de renome, abordando temas de relevância para o cenário empresarial, como ESG, sustentabilidade, governança e inovação. Além disso, serão promovidas atividades nas principais instituições de ensino superior da Baixada Santista, promovendo uma rica troca de conhecimento entre a academia e o mercado.

“A realização do IV Seminário Internacional é uma grande oportunidade para a nossa região. O tema ciência e diversidade para a construção de valor é extremamente relevante, pois visa fortalecer a conexão entre jovens universitários e empresas, fomentando inovação e preparando novas gerações para os desafios futuros. Estamos certos de que o diálogo promovido aqui terá um impacto significativo tanto no desenvolvimento dos talentos quanto no avanço das empresas locais”, afirmou a professora Silvia Teixeira Penteado, coordenadora da Câmara de Ensino da ACS.

As inscrições já estão abertas e podem ser feitas pelo link [bit.ly/seminarioUE2024](https://bit.ly/seminarioUE2024). A programação completa está disponível no site da Associação Comercial de Santos ([www.acs.org.br](http://www.acs.org.br)).

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/10/2024**

## REGIÃO SUL - DER/PR LANÇA PROGRAMA PARA CONSERVAÇÃO DE 10 MIL KM DE RODOVIAS

Programa de Manutenção e Conservação de Rodovias será custeado pelo estado com prazo de três anos

Por CÁSSIO LYRA [cassio.lyra@redebeneews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebeneews.com.br)

O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) anunciou que vai lançar, até o final deste ano, o Programa de Manutenção e Conservação de Rodovias (ProMAC). A iniciativa tem objetivo de garantir a qualidade do pavimento e a trafegabilidade de aproximadamente 10 mil quilômetros de rodovias estaduais em todo o estado.



**Segundo o Governo Estadual, o ProMAC é voltado para o pavimento rodoviário com serviços periódicos, como os de segurança, que possam vir a prejudicar eventualmente o tráfego (Foto: Divulgação/DER)**

O programa contará com recursos do Governo do Paraná, com prazo de execução de três anos para atender todo o pavimento da malha rodoviária estadual.

“Todos os trechos de ótima qualidade serão mantidos, os de boa qualidade vamos elevar para ótima, e os abaixo disso vão no mínimo subir para qualidade boa. Além de ter a melhor malha rodoviária do Sul do país, o Paraná vai passar a ter uma das melhores do país”, comentou Fernando Furiatti, presidente do DER/PR.

De acordo com o DER, uma das principais inovações do programa será na contratação, que vai utilizar a pré-qualificação de empresas interessadas, especificamente quanto a critérios de habilitação, como catálogo técnico, condições financeiras, situação jurídica, entre outras, um dispositivo da nova Lei de Licitações.

Deste modo, somente as empresas que estiverem habilitadas vão participar do edital do programa, que prevê 40 lotes de rodovias a serem disputados por empreiteiras.

“Vamos manter a busca pelo preço mais vantajoso, uma diretriz de toda contratação pública por processo licitatório, mas utilizando as ferramentas da lei federal 14.133, que modernizou as licitações e contratos administrativos. Queremos o melhor preço ofertado pelas melhores empresas, as que atendem os critérios de habilitação e vão garantir que os contratos sejam executados sem interrupções ou qualquer outro obstáculo”, explicou Alexandre Castro Fernandes, diretor de Operações do DER/PR.

Segundo o Governo Estadual, o programa é voltado para o pavimento rodoviário com serviços periódicos, como os de segurança, que possam vir a prejudicar eventualmente o tráfego de veículos.

Ele foi estruturado a partir de levantamentos na malha rodoviária estadual, criando um diagnóstico a partir do qual são definidos os serviços necessários para atender o pavimento e melhorar sua qualidade em cada trecho específico.

### **Edital**

O novo edital do ProMAC terá uma versão aprimorada de iniciativa semelhante que chegou a ser lançada no ano passado. Ele já propunha inovações quanto aos critérios de qualidade e exigências para contratação, mas acabou sendo anulado pelo DER/PR após determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

O ProMAC agora foi elaborado levando em consideração todas estas determinações do tribunal, que questionava principalmente aspectos da planilha orçamentária, não havendo mais impedimentos para sua realização.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 17/10/2024**

## **REGIÃO NORDESTE - BAHIA GANHA NOVAS ROTAS AÉREAS REGIONAIS A PARTIR DE JANEIRO DE 2025**

Cidades de Barreiras, Lençóis e Guanambi terão voos diretos de Salvador, com foco no desenvolvimento regional

Por **JÚNIOR BATISTA** [junior.basta@redenenews.com.br](mailto:junior.basta@redenenews.com.br)

A partir de janeiro de 2025, os municípios de Barreiras, Lençóis e Guanambi, no interior da Bahia, receberão novos voos regionais, fortalecendo o turismo e a economia local. A iniciativa, promovida



pela Secretaria do Turismo (Setur-BA), faz parte do projeto Conheça o Brasil Voando, do Governo Federal, voltado para o desenvolvimento do turismo no país.



**Aeronave da Azul para celebrar operações na Bahia: a companhia aérea já atua em oito destinos baianos, com 198 voos semanais, que serão ampliados para 299 a partir de 2025 (Foto: Matheus Landim/GOVBA)**

As novas rotas, operadas pela Azul Linhas Aéreas, partirão de Salvador, com um voo diário para Barreiras e dois voos semanais para Lençóis e Guanambi. A expansão da malha aérea regional visa conectar regiões isoladas ao centro econômico da Bahia e facilitar o transporte de pessoas e mercadorias. “Essa política não só fortalece o turismo, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda para os baianos”, afirmou o governador Jerônimo Rodrigues (PT).

O secretário do Turismo do estado, Maurício Bacelar, destacou o potencial da medida. “Com essa expansão, esperamos uma ocupação superior a 80%, o que é fundamental para uma Bahia de grande extensão territorial como a nossa”, afirmou. A frota contará com aviões bimotores de médio porte, com capacidade para 70 passageiros, especialmente projetados para operar em rotas regionais.

A Azul já opera em oito destinos baianos, com 198 voos semanais, que serão ampliados para 299 a partir de 2025. Para John Rodgerson, CEO da companhia, a Bahia é um mercado estratégico que combina alto interesse turístico com o potencial de desenvolvimento regional. Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, enfatizou a importância dessa ampliação. “Isso fomenta uma cadeia econômica que gera emprego, renda e desenvolvimento para a Bahia e o Brasil”, disse.

A iniciativa se alinha aos resultados positivos do turismo baiano, que registrou um crescimento de 12,6% nas atividades turísticas no segundo trimestre de 2024, superando a média nacional. Mais de cinco milhões de passageiros passaram pelos aeroportos baianos no primeiro semestre de 2024, um aumento de 10% em relação ao mesmo período de 2023.

Com investimentos estaduais que ultrapassam R\$ 374 milhões em infraestrutura aeroportuária, cidades como Caetité e Cipó já estão colhendo os frutos da recuperação de seus aeródromos, reforçando a conectividade dentro da Bahia e promovendo o crescimento do setor de turismo.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/10/2024**



## BAHIA ECONÔMICA - BA

### ASSOCIAÇÃO BAIANA DE ENERGIA SOLAR (ABS) ANUNCIA MUDANÇAS NA DIRETORIA E CONSELHO

**Por João Paulo - 17/10/2024 14:40**

Lucas Macedo, sócio-diretor na SDB Energia Solar, passa a integrar o Conselho Estratégico da ABS ao lado de Geovane Luania, sócio-diretor na Soleste Energia, e Marcos Rêgo, que é também o presidente da Associação. “Estamos confiantes de que a vasta experiência e visão estratégica dos novos executivos contribuirão para o crescimento e fortalecimento da ABS diante da crescente progressão e dos novos desafios do setor”, disse Marcos Rêgo.



A Associação Baiana de Energia Solar (ABS) promoveu uma reestruturação no seu quadro de diretores e conselheiros. A recém-criada Diretoria de Desenvolvimento e Formação Técnica passa a ser assumida por Umaraci Nascimento, Coordenador na Trecon S.r.l. Já o executivo Armando Karin, CTO (Diretor de Tecnologia) na ErgoSolar Energias Renováveis, assume a Diretoria Técnica.

### **Associação Baiana de Energia Solar (ABS)**

Fundada em 2018, a Associação Baiana de Energia Solar Fotovoltaica (ABS) é a entidade que representa as pequenas, médias e grandes empresas de energia solar do Estado da Bahia e que tem quatro principais objetivos: capacitação técnica, atuação regulatória, assessoria jurídica e associativismo. Atualmente, a associação possui 75 associados no estado, incluindo integradores, distribuidores, fabricantes, geradores e consumidores. Mais informações: [abahiasolar.org.br](http://abahiasolar.org.br)

**Fonte: Bahia Econômica**

**Data: 17/10/2024**

## **LULA ANUNCIA R\$ 600 MILHÕES DE INVESTIMENTO PARA RIO GRANDE DO NORTE**

**Por Matheus Souza - 17/10/2024 14:28**



*Durante a cerimônia foi anunciado, também, que serão investidos R\$ 47 milhões, por meio do Novo PAC, para obras das Defensas na Ponte Newton Navarro, que fica sobre o Rio Potengi – Foto: Ricardo Stuckert/PR*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, nesta quarta-feira, 16 de outubro, em Natal (RN), de uma série de anúncios de investimentos para o estado do Rio Grande do Norte que somam mais de R\$ 640 milhões nas áreas de saneamento, educação, mobilidade urbana, habitação e assistência social.

“Eu não quero tirar nada de nenhum estado desse país. Eu quero apenas que todos tenham a mesma chance, a mesma oportunidade. O papel do Estado é garantir que todos tenham a chance. Então, quando a gente faz investimento no Nordeste, não é porque a gente está fazendo favor, a gente está fazendo justiça. A gente está tentando fazer com que o país seja mais igual”, ressaltou durante a cerimônia.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, demonstrou gratidão pela população potiguar, que aguardava a volta da solidariedade federativa pautada pelo diálogo, cooperação e parceria. “Não é mais um sonho, é uma realidade. Nesse processo de reconstrução do Brasil, nós vamos entregar o maior legado ao povo do Rio Grande do Norte em matéria de desenvolvimento com bem-estar e cidadania”, pontuou.

**SANEAMENTO** – Do total dos recursos, mais de R\$ 409 milhões serão investidos em obras de esgotamento sanitário nos municípios potiguares de Açu, Apodi, Natal, Parnamirim e São Paulo do Potengi, sendo R\$ 327,4 milhões do Banco do Nordeste financiados pelo programa FNE Verde (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). Após a conclusão das obras, estima-se que 1,3 milhão de pessoas serão beneficiadas. Além disso, serão garantidos cerca de R\$ 52 milhões, em recursos do Novo PAC, na implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Apodi. A obra irá possibilitar o tratamento do Rio Apodi e a universalização do sistema de esgotamento sanitário em todo o município, com 10.258 ligações, beneficiando aproximadamente 21 mil habitantes.

Durante a cerimônia, o presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, assinou contrato de financiamento para conjunto de investimentos em saneamento básico e abastecimento de água no estado. “Nós vamos, mais uma vez, trabalhar para superar essa agenda, que é uma agenda atrasada, mas que as cidades agora podem ter certeza que nós vamos sanear todas as cidades aqui



do Nordeste, e o Banco do Nordeste vai estar muito presente ajudando os estados e os municípios a cumprir essa meta de universalização”, pontuou Paulo Câmara.

**HABITAÇÃO** – O ministro das Cidades, Jader Filho, também anunciou investimentos na área de habitação para Natal e assinou a portaria de autorização para contratação de 400 novas unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, na modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Serão R\$ 38 milhões para 224 moradias no Residencial Lagoa Azul II, e R\$ 27,2 milhões em 176 novas casas no Condomínio Residencial Água Marinha, ambos na capital do estado. “Nós estamos autorizando a contratação de um valor de R\$ 65,3 milhões para o Rio Grande do Norte. E aqui eu estou falando do futuro, estou projetando aquilo que nós vamos fazer para as pessoas poderem realizar o sonho da casa própria”, enfatizou.

**MOBILIDADE URBANA** – Outra melhoria anunciada no evento foi a formalização do projeto de implantação do Corredor de Ônibus na Avenida das Fronteiras, em Natal. A obra foi contemplada pelo Novo PAC Seleções, no eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes e contará com investimentos de R\$ 33 milhões da União. O empreendimento, que deverá beneficiar mais de 600 mil pessoas entre Natal e municípios da Região Metropolitana Norte, compreende a continuação do corredor de ônibus na Avenida Tocatina até a BR 101, com 2,5 km de extensão.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que o estado está no melhor momento da qualidade das rodovias federais desde o início da medição na série histórica, e que o Governo Federal está trabalhando na duplicação da Reta Tabajara. “A duplicação está pronta, só está faltando agora o trecho da cidade de Macaíba, que o governo anterior retirou do projeto. Nós reinsertamos o trecho e a novidade é que no mês de novembro nós vamos publicar o edital de licitação das obras para concluir o trecho de Macaíba, e teremos 100% da Reta Tabajara concluída aqui no estado”, declarou. Renan Filho detalhou que uma das demandas da população potiguar é a duplicação da BR-304 e garantiu que vai iniciar as obras no trecho que liga Mossoró até Natal. “Até o final desse ano, nós vamos concluir o projeto e nos primeiros meses do ano que vem, vamos iniciar o primeiro trecho. E até o meio do ano vamos cumprir, ainda nesse governo do presidente Lula, o sonho do povo potiguar, que é garantir essa duplicação”, disse.

Para garantir operações de aproximação e manobras que chegam ao porto de Natal, serão investidos R\$ 47 milhões, também por meio do Novo PAC, para obras das Defensas na Ponte Newton Navarro, que fica sobre o Rio Potengi. As defensas têm função importante para a proteção dos pilares da ponte contra eventuais choques de embarcações que acessam o Porto de Natal. Com o empreendimento, será possível melhorar a operação portuária no local, facilitando a logística e o escoamento de insumos. “Investimentos que vão ajudar na melhoria logística do porto, vão melhorar a operação do porto, fazendo com que a gente possa receber navios maiores, melhorando a manobrabilidade e, sobretudo, ajudando no escoamento da produção”, garantiu o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

O ministro anunciou também que, em novembro, será autorizada ordem de serviço no valor de R\$ 60 milhões para reforma do aeroporto de Mossoró. “Isso vai ajudar no turismo de negócio, no turismo de lazer, e fazer com que o estado continue crescendo”, assinalou.

**EDUCAÇÃO** – No eixo do Novo PAC destinado à construção de novos campi de Instituto Federal em todo o país, três novos campi foram anunciados para o Rio Grande do Norte nas cidades de São Miguel, Touros e Umarizal. Durante o evento, além do lançamento da pedra fundamental, foi assinado termo de compromisso de cessão dos imóveis onde funcionarão as instituições educacionais e emitida a Certificação de Disponibilidade Orçamentária, que garante recursos do PAC para início do processo licitatório das estruturas complementares.

Para cada campus, são destinados R\$ 25 milhões, sendo R\$ 15 milhões para as obras e R\$ 10 milhões para os equipamentos. Ao todo, o Novo PAC irá criar 100 novos campi, somando-se às 682 unidades da rede federal já existentes, com um investimento previsto de R\$ 2,5 bilhões e capacidade de gerar 140 mil novas matrículas. “A educação voltou, porque investimento, recurso em educação, como diz o presidente, não é gasto. É investimento. E o único caminho que o país tem para construir

soberania, oportunidade e justiça social é por meio da educação”, pontuou o ministro da Educação, Camilo Santana.

**CISTERNAS** – A cerimônia marcou ainda a assinatura de edital para contratação de entidades responsáveis pela construção de 2.487 cisternas no estado. As obras são contratadas pelo gestor estadual. As cisternas de placa de 16 mil litros serão construídas em 24 municípios do Rio Grande do Norte, a partir de um investimento de R\$ 15 milhões do Novo PAC.

A meta de construção de cisternas no estado é de 6.134 cisternas, com investimento total de R\$ 45,7 milhões, das quais 3.647 já foram contratadas, tendo 1.331 já sido entregues. “Estamos liberando mais uma etapa para garantir água boa no sertão, em lugares que precisam. Trabalhamos integrados, também, em outra missão: a redução da extrema pobreza e da pobreza. Tirar da fome, mas também garantir oportunidade. Portanto, essa meta de reduzir e tirar o Brasil do Mapa da Fome, com certeza, terá aqui um grande campeão, que é o povo do Rio Grande do Norte”, finalizou o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias.

**Fonte:** Bahia Econômica

**Data:** 17/10/2024

## CONSÓRCIO NORDESTE CRIA COMITÊ PARA MONITORAR EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

Por João Paulo - 17/10/2024 10:59



O Consórcio Nordeste anunciou, para esta quinta-feira (17), a instalação de um comitê que pretende monitorar e enfrentar situações de emergência climática nos nove estados nordestinos que o compõem. A expectativa é a de viabilizar assessoramento técnico especializado a seus nove estados-membros, além de promover cooperações e estruturar políticas públicas que fortaleçam a resiliência climática do Nordeste.

O Comitê Científico de Monitoramento e Enfrentamento das Emergências Climáticas (CC-MEEC) será composto por dois representantes de cada estado, visando a uma atuação conjunta para o enfrentamento dos desafios climáticos cada vez mais presentes no cotidiano desta e de outras regiões do país. Por meio de nota, o consórcio informou que a “a iniciativa reflete a preocupação dos governadores e governadoras da região com o atual cenário de emergências climáticas e reforça a abordagem científica em questões essenciais para o país, como já foi demonstrado no combate à pandemia”.

“Estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostra que se o Brasil tivesse seguido as diretrizes do Comitê Científico do Nordeste que foram aplicadas pelos governadores da região em seus estados, 250 mil vidas poderiam ter sido salvas, evidenciando o impacto positivo da ciência na preservação de vidas”, acrescenta o texto. O comitê será coordenado pela geóloga e professora titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Olívia Maria Cordeiro de Oliveira.

**Fonte:** Bahia Econômica

**Data:** 17/10/2024



**O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP**

**PORTO DE IMBITUBA TEM O MELHOR SETEMBRO DA HISTÓRIA**

**Informações:** TNSUL (17 de outubro de 2024)

A entrega de cargas para o período é recorde e atinge mais de 6,5 milhões de toneladas no acumulado do ano

A SCPAR, administradora do Complexo Portuário de Imbituba, em sua trajetória de recordes de resultados, concluiu o acumulado até setembro de 2024 com números a serem celebrados. Na comparação com igual período de 2023 houve um crescimento de 13,3% na movimentação de cargas, somando mais de 6,5 milhões de toneladas e recorde histórico de produtividade para o acumulado do ano.

Os números também refletem um setembro a ser destacado, com o movimento de 831,7 mil toneladas de cargas e muito próximo ao recorde histórico de 834,1 mil toneladas movimentadas no último mês de março. Na comparação com o mesmo mês de 2023 (625,5 mil) houve um incremento expressivo de 32,9% e na aferição comparada com o mês de agosto deste ano (725,2 mil) houve um crescimento evidente de 14,6%.

Os resultados demonstram que a Autoridade Portuária de Imbituba continua em pujante desenvolvimento, no caminho certo de suas operações e refletem uma produtividade a ser celebrada.

Para o secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), Ivan Amaral, os números seguem confirmando o crescimento no desempenho do Porto. “Este é um resultado muito importante para o porto de Imbituba. Os números expressam todo um trabalho coletivo que vem contribuindo para o desempenho logístico de Santa Catarina e também para a economia da Região Sul catarinense”, afirma Amaral.

“Estes resultados, além de contribuir para Imbituba se consolidarem como uma alternativa logística competitiva, representam uma busca constante por uma melhor gestão do Porto com resultados em que todos ganham”, avalia o diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba, Urbano Lopes de Sousa Neto.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 17/10/2024*

## **RICARDO MOLITZAS, PRESIDENTE DO IBL, PARTICIPA DO ENCONTRO COM O EXPOSITOR, DA FEIRA INTERMODAL SOUTH AMERICA**

*Informações: IBL (17 de outubro de 2024)*



*Na foto: Hermano Junior (diretor de portfólio de Infraestrutura da Informa Markets Brasil); Rafael Vitalle; Dimi Amora; Eduardo Nery; Ricardo Molitzas e Fernando D'Ascola (gerente de negócios Informa Markets)*

O presidente do Instituto Brasil Logística (IBL) e diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (SOPESP) Ricardo Molitzas participou do Encontro com o Expositor, um encontro que antecede a Feira Intermodal South America, que acontece entre 22 e 24 de abril de 2025 no Distrito Anhembi em São Paulo.

O objetivo foi promover a aproximação entre os expositores e participantes, falar sobre as novidades, conhecer o novo pavilhão e fazer networking.

O painel de debates sobre o Cenário e Perspectivas da Infraestrutura no país contou com a exposição de Molitzas; de Eduardo Nery, diretor geral da ANTAQ; e Rafael Vitale, diretor geral da ANTT; com moderação de Dimmi Amora, sócio fundador da Agência iNFRA.

Molitzas apontou que “uma iniciativa privada precisa ter a capacidade de fazer os investimentos rapidamente e com segurança jurídica adequada, o que temos dificuldade para fazer hoje”. De

acordo com ele, “o problema portuário e de logística hoje são os acessos aos portos. 30% fazem que se movimenta no país passa por eles”.

“Toda nossa importação e exportação passa pelos portos e não há um porto hoje no país que não tenha problema de acesso: seja aquaviário, rodoviário, ferroviário”, complementou.

O presidente do IBL também destacou que o Instituto “oferece apoio técnico e entrega de demandas do setor privado para a FRENLOGI, a segunda maior frente do Congresso Nacional, com 322 parlamentares, 08 vice-presidências cada uma tratando de um assunto relacionado à infraestrutura” .

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 17/10/2024**

## BETO MARTINS CRITICA SITUAÇÃO DOS PORTOS BRASILEIROS

**Informações: Agência Senado (17 de outubro de 2024)**



**Waldemir Barreto/Agência Senado – Fonte: Agência Senado**

O senador Beto Martins (PL-SC) chamou a atenção, em pronunciamento na quarta-feira (16), para a situação dos portos brasileiros, os quais foram classificados como “colapsados”. O parlamentar, que foi secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina, afirmou que, apesar de o Brasil aumentar sua capacidade de produção de 10 milhões a 20 milhões de toneladas ao ano, o país não tem logística para atender a essa demanda.

— Para ter uma ideia, hoje, nos Portos de Santos [SP] e Paranaguá [PR], muitas vezes as filas de navios passam de 60 dias. Sabe quanto custa um navio parado? Custa, em média, US\$ 30 mil por dia. Se ficar 60 dias esperando para atracar esse navio, a bandeira está ligada, e é bandeira dois. Então, são US\$ 1,8 milhão de custo para essa exportação. [...] Não adianta crescer a produção agrícola, não adianta fortalecer a indústria se não tiver uma logística eficiente para isso, porque nós temos que competir lá fora.

Beto Martins também destacou a importância do setor de logística de Santa Catarina para o resto do país. O senador ressaltou que o estado conta com cinco portos, sendo considerado o maior complexo portuário do Brasil. Segundo o senador, 55% da carga movimentada no estado não tem Santa Catarina como origem e nem destino.

— Nós alimentamos a indústria paulista. Nós somos um porto que atende a demanda do agro brasileiro, a exportação do grão brasileiro, que tem que sair de Mato Grosso e de Goiás, passar por Santos e por Paranaguá e ir para São Francisco e Imbituba, em Santa Catarina, porque nós não fazemos um porto por ano para atender o aumento da nossa capacidade produtiva.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 17/10/2024**

## 'SETOR FERROVIÁRIO SERÁ UMA DAS PRINCIPAIS ALAVANCAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL', DIZ DIRETOR NA RUMO

**Informações: EXAME (17 de outubro de 2024)**

A Rumo é uma entrega de logística ferroviária de grandes dimensões. Com mais de 30 obras em execução em 17 municípios do interior paulista, a empresa teve a renovação da concessão antecipada e planeja investir muito no setor de construção civil.

O contrato original, que venceria em 2028, foi renovado por mais 30 anos através de uma série de contrapartidas focadas em melhorias na infraestrutura energética e na melhoria da mobilidade urbana.



*Foto: Rumo Logística*

Na procura de empreiteiras bem capacitadas, principal desafio da empresa, o diretor de Expansão da Rumo, Rafael Langoni, acredita que “Sem sombra de dúvidas, o setor ferroviário será uma das principais alavancas de crescimento da construção civil” .

### **Previsão fundamentada na análise de dados**

Segundo dados do IBGE, o PIB da construção civil cresceu 3,5% no segundo trimestre de 2024 na comparação com o primeiro trimestre do ano.

Na comparação com o mesmo período de 2023, o PIB do setor cresceu 4,4%. Langoni justifica a alta pelo aumento do consumo de insumos típicos como areia, cimento e ferro.

O executivo afirma que a tendência é que o mercado siga aquecido nos próximos anos. “Estamos presenciando um ciclo de grandes investimentos em infraestrutura, em virtude da renovação antecipada dos contratos de concessão e dos contratos assinados sob o regime de autorização”, diz.

Com as obras realizadas pela Rumo, foi possível aumentar a capacidade da malha ferroviária de 45 milhões de toneladas por ano em 2020 para os atuais 53 milhões de toneladas por ano.

“A nossa expectativa é atingir 75 milhões de toneladas/ano após a conclusão dos investimentos”, explica o diretor de Expansão.

### **As obras da Rumo**

Desde que o contrato foi assinado em 2020, a Rumo deu início às diferentes obras na malha ferroviária que integra o principal corredor de exportação do país em direção ao Porto de Santos (SP).

Até o momento, aproximadamente 25% das obras previstas no caderno de obrigações já foram entregues com a participação direta de mais de 10 empreiteiras.

Além das obras em andamento na Malha Paulista, a Rumo também está à frente das obras de modernização e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS) – associação gerida pelas operadoras MRS Logística, VLI e a própria Rumo – amplia a infraestrutura ferroviária do Porto de Santos.

Marcio Maia, gerente executivo de Suprimentos da Rumo, ressalta que a companhia está interessada em firmar parcerias de longo prazo, considerando o cenário promissor de investimentos em infraestrutura.

“Durante as obras, as empreiteiras contam com o apoio da Rumo para se desenvolverem em termos de governança, gestão ambiental, saúde e segurança nas operações. Ao construir parcerias com os fornecedores, esperamos contribuir não apenas para o crescimento da Rumo, mas para o desenvolvimento sustentável de toda a cadeia logística”, afirma.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 17/10/2024*

## **GOVERNO FEDERAL PREVÊ MAIS UM BERÇO DE ATRAÇÃO NO LEILÃO DE UNIDADE NO PORTO DE SANTOS**

*Informações: Ministério de Portos e Aeroportos (17 de outubro de 2024)*

Após analisar diversas alternativas à concessão da unidade portuária STS10, no Porto de Santos, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) decidiu dar conciliação ao leilão da área destinada a

contêineres. Recentemente, o ministério encaminhou ofício à Infra SA com as diretrizes para a concessão, que prevêem adaptações no modelo original proposto há cinco anos.



**Medida irá ampliar em 50% a capacidade de contêineres e incluir novo terminal de passageiros (Foto: APS)**

No modelo planejado pelo MPor em alinhamento com a Casa Civil, serão quatro berços de atração (o projeto original anterior a três berços), o que ampliará em 50% a capacidade de

contêineres no maior porto do país. Santos, que hoje recebe 6 milhões de contêineres por ano, passa a ter capacidade para comportar 9 milhões de unidades.

Em relação ao terminal de passageiros, o Governo Federal analisará com a Infra SA a melhor modelagem para a operação, tendo em vista a importância do local que hoje recebe cerca de 1 milhão de cruzeiristas por ano. O novo terminal de passageiros, segundo o MPor, não deve interferir na operação da área de contêineres.

“É um projeto construído após muita análise, para que as pessoas possam encontrar a melhor solução para o Porto de Santos e para o país”, afirmou o ministro Sílvio Costa Filho. O modelo original, lembra o ministro, foi modificado em um cenário de privatização do Porto de Santos, ou que foi descartado pelo governo do presidente Lula.

“Estamos ampliando a capacidade de importação e exportação do maior porto brasileiro, garantindo melhoria na operação e tornando nossos produtos exportados ainda mais competitivos”, disse. Segundo Costa Filho, essa é uma proposta que se encaixa com o modelo de desenvolvimento que o país precisa e que está sendo implantado pelo presidente Lula.

As diretrizes do MPor para o STS10 foram definidas pela área técnica e o estudo ajustado deverá ser elaborado para análise do Tribunal de Contas da União ainda este ano. A previsão é que o leilão da área ocorra em 2025.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 17/10/2024**

## MARINHA DEFENDE PLANO NACIONAL INTEGRADO PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DE NAVIOS

**Informações: Agência Marinha de Notícias (17 de outubro de 2024)**

Medidas técnicas para transporte marítimo internacional serão aprovadas em 2025

Para que as metas de redução de emissão de gases do efeito estufa condicionadas pela Organização Marítima Internacional (IMO, da sigla em inglês) sejam alcançadas, o Brasil precisará adotar medidas técnicas e operacionais, com previsão de aprovação em abril de 2025. A agência especializada das Nações Unidas pretende zerar o lançamento de variantes poluentes pelo transporte marítimo mundial até 2050. O assunto foi pauta de audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, que aconteceu nesta terça-feira (15), em Brasília (DF).

Segundo o assessor da comissão do governo brasileiro para assuntos relacionados à IMO, Capitão de Mar e Guerra Flavio Haruo Mathuiy, o País será um dos mais impactados com a medida, em função das características de suas exportações, com produtos de grande volume, baixo valor agregado e mercados consumidores a longas distâncias. “Para enfrentarmos os desafios e aproveitarmos as oportunidades, precisamos de uma visão sistêmica e sinérgica, com foco em soluções integradas, adequação da infraestrutura, da produção de combustíveis sustentáveis, otimização dos corredores logísticos, modernização dos portos e adequação dos meios navais”,



afirmou, anunciando um plano nacional para a transição energética, que reúne iniciativas ministeriais já em andamento.

“É importante que haja um plano, porque não adianta nada o navio ser extremamente eficiente, carregar um combustível sustentável e ficar 15 dias fundeado na frente do porto, aguardando para carregar ou descarregar. Nessa situação, o navio continua emitindo. Então, perdeu-se toda a eficiência operacional investida no navio e no combustível de baixa emissão”, explicou o assessor sobre a necessidade de investimentos não apenas na substituição de combustíveis fósseis por alternativas menos poluentes, mas também em infraestrutura.

A audiência foi conduzida pelo senador Esperidião Amin, que prometeu promover um novo debate sobre o tema em 2025, quando as medidas da IMO para a transição energética já estiverem definidas. Coordenada pela Marinha e composta por 13 Ministérios e uma Agência Reguladora convidada, a Comissão Coordenadora para os Assuntos da IMO é responsável por elaborar as posições defendidas pela delegação brasileira, também chefiada pela Marinha, nas discussões que levaram à aprovação das metas mais ambiciosas de redução de emissões, aprovadas em 2023 pelos Estados-membros, defendendo os interesses nacionais.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**  
**Data: 17/10/2024**



## JORNAL O GLOBO – RJ

### INCERTEZAS SOBRE CONTAS PÚBLICAS AFETAM OS JUROS FUTUROS. JÁ O DÓLAR SOBE POR INFLUÊNCIA EXTERNA. ENTENDA

*Por Míriam Leitão*

As preocupações do mercado se refletem nos juros futuros, que não param de subir. A princípio falar em juros futuros parece uma abstração para a maioria, na prática isso significa que o governo está com um custo maior para rolar sua dívida, o Tesouro está pagando mais para conseguir negociar papéis com um prazo mais longo. Para ter uma ideia, o Tesouro está pagando 6,61% de juros reais, acima da inflação, e por isso a dívida tem ficado cada vez mais cara. E isso é um problema.

E o que provoca isso são as incertezas sobre qual vai ser o futuro das contas públicas. Apesar das sinalizações da equipe econômica nos últimos dias, reforçando que está preparando pacote robusto de gastos de 0,5% do PIB, o mercado vê um desajuste nas contas e considera que o governo não está se mostrando empenhado em equilibrar as contas.

A trajetória de alta do dólar nesta semana, que fechou nesta quarta-feira na maior cotação em dois meses, é uma história diferente. A cotação da moeda americana, neste momento, está sendo mais afetada pelo cenário externo. A queda das commodities, como o petróleo, afeta o valor do dólar em países exportadores como o Brasil.

O governo está trabalhando para acabar com esse clima com o mercado. Como já disse aqui, ministérios da Fazenda e do Planejamento estão preparando um pacote de corte de gastos que vai ser apresentado após o segundo turno, quando o Congresso volta a funcionar plenamente.

A equipe econômica está avaliando todos os gastos: saúde, educação, Fundeb, seguro-desemprego, abono salarial, militares. Ponto por ponto do Orçamento está sendo analisado para verificar onde há gasto feito de forma ineficiente ou que pode ser cortado. A ideia é gastar menos e com mais eficiência, com propostas que vão além do objetivo de atingir a meta fiscal em 2025, mas mudar os parâmetros de gasto para a frente.

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 17/10/2024**

### LULA DIZ QUE SAÚDE E EDUCAÇÃO NÃO SÃO GASTOS, EM MEIO A DEBATE SOBRE CORTES: 'QUANDO O BANQUEIRO ARRUMA A CALÇADA, É INVESTIMENTO'

Discurso acontece em meio à defesa de revisão de gastos por ministros da área econômica do governo

Por *Bernardo Lima e Karolini Bandeira* — *Brasília*



*Presidente Lula, no Palácio do Planalto — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender nesta quinta-feira que os gastos em educação e saúde como "investimentos", discurso frequente do chefe do Executivo. A declaração acontece em meio a uma defesa dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, de uma reestruturação nos gastos do governo.

— Quero dizer em alto e bom som: para mim, educação não é gasto; para mim, saúde não é gasto. Veja quanto custa para o país uma pessoa doente, veja quanto custa para o país uma pessoa pendurada no INSS e veja quanto custa uma pessoa saudável — afirmou o presidente, em entrevista à Rádio Metrôpole, de Salvador.

Na sequência, o presidente comparou os gastos do governo com despesas de empresas.

— Tudo que o governo faz é gasto. Se o banqueiro disser que está fazendo um banheiro, é investimento. Se um banqueiro disser que está arrumando uma calçada, é investimento. Mas quando é o governo é gasto — afirmou.

O discurso vai na mesma linha de falas feitas nesta quarta após reunião com representantes de bancos que pontuaram a importância da política fiscal do governo para a economia. Lula citou as desigualdades na população brasileira e afirmou que não há alternativa além de dar preferência aos pobres no Orçamento.

— Toda vez que a gente está cuidando de fazer política social é tratado como gasto. Não é à toa. Foi uma doutrina de palavras criadas para induzir a gente a determinados erros — afirmou o presidente.

No dia, Haddad havia afirmado que apresentou "propostas consistentes" de revisão de gastos do governo para que o arcabouço fiscal tenha durabilidade. Segundo Haddad, as medidas podem exigir mudanças constitucionais e precisam ser discutidas no governo antes de serem divulgadas, indicando que pode estar falando da desvinculação de gastos como saúde e educação, que respondem por boa parte das despesas obrigatórias.

O ministro afirmou que as propostas em elaboração não pretendem deixar desprotegida áreas estratégicas, como saúde e educação, mas para permitir que a despesa cresça de acordo com "a realidade econômica do país":

— Tem espaço para que a despesa cresça um pouco menos, mas também acompanhe o desenvolvimento do país e cresça em um padrão e ritmo condizente com a nossa realidade econômica.

#### **Após segundo turno das eleições**

Técnicos da equipe econômica trabalham em uma série de propostas a serem levadas a Lula para reduzir os gastos públicos, que podem passar pela desvinculação de gastos obrigatórios. A ideia é propor as medidas ao Congresso após o segundo turno das eleições municipais.

Segundo Haddad, a revisão de gastos é uma agenda prioritária para o governo até o final do ano, e as medidas que serão propostas podem vir por meio de mudança constitucional.

— Eu nem estou falando de corte, é muito mais uma calibragem da dinâmica da evolução dos gastos para caber no arcabouço fiscal e a gente seguir a vida com juros baixo — completou o ministro.

### Reunião com banqueiros

Na entrevista desta quinta, Lula comentou sobre a reunião, e afirmou que o desempenho da economia brasileira foi elogiado pelos dirigentes dos bancos com quem se encontrou.

— Economia está surpreendendo o mercado. Fiz reunião com bancos e todos eles elogiando o crescimento, dizendo que inflação está controlada. Está tudo do jeito que eu quero que esteja — disse Lula.

Em setembro, o governo subiu a expectativa de crescimento da economia brasileira de 2,5% para 3,2%. Em relação à inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a projeção aumentou de 3,9% para 4,25% neste ano.

Lula dá uma entrevista nesta manhã à Rádio MetrÓpole de Salvador. Em seguida, ele participa de uma cerimônia que vai anunciar investimentos na educação. À tarde, ele participa do comício do candidato do PT à prefeitura de Camaçari.

### 'Desfuncionalidade'

Em entrevista à Folha de S.Paulo, Haddad afirmou que o governo “demorou a perceber o grau de desfuncionalidade” causado pela alteração de alguns programas sociais, apontados como fontes do desequilíbrio nas contas públicas. Haddad chamou a situação de “batata quente”, uma vez que há resistência do presidente em fazer cortes.

"(Eu digo a Lula:) Ninguém está dizendo que é fácil. O senhor colocou o pobre no Orçamento, ninguém está pedindo para tirar. Mas há questões estruturais que precisam ser resolvidas. Porque são distorções muitas vezes criadas com finalidades eleitorais, particularmente pelo governo anterior. Elas estão no nosso colo. Não tem pra quem dar a batata quente. Então temos que resolver", afirmou o ministro.

Haddad citou como exemplo a proposta de emenda à Constituição (PEC) que adiou o pagamento de precatórios em 2021, a retirada de filtros do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família para a concessão de benefícios, a ampliação do Fundeb para R\$ 70 bilhões sem fonte de financiamento. De acordo com o relatado por Haddad à Folha de S.Paulo, Lula questionaria o cortes em áreas que afetam os mais pobres.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 17/10/2024*

## APAGÃO DA ENEL EM SÃO PAULO JOGA LUZ SOBRE SILVEIRA E LOBBY DO SETOR DE ENERGIA

*Por Malu Gaspar*



*Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia do Brasil. — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo*

O apagão em São Paulo fez emergir não só o retrato de uma concessionária e de governos pouco aparelhados para lidar com uma emergência capaz de deixar milhões sem luz. Fez também vir à tona o grande nó que é o sistema elétrico nacional, em que os principais atores só brigam, e os lobbies mandam mais que o interesse público.



Desde novembro de 2023, quando 2 milhões de clientes ficaram sem luz em São Paulo e noutros 23 municípios, ficou evidente que a Enel não tinha condições de restabelecer a energia rapidamente num contexto como aquele — chuva forte, com ventos de 103 quilômetros por hora.

Ao apagão, seguiu-se uma guerra de acusações. A distribuidora atribuiu o problema à força da tempestade, que não tinha sido prevista pela meteorologia, mas também à deficiência da prefeitura na poda de árvores, que caíram sobre a rede elétrica e ficaram energizadas, dificultando o conserto e a religação dos cabos.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) culpou a Enel por não colaborar com a poda, desligando a rede e autorizando a retirada. Acusou o governo federal de não tomar providências em relação à concessionária. Cobrou, ainda, que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) investigasse e punisse a Enel, já criticada por prestar mau serviço.

A reação do governo Lula foi apontar o dedo aos antecessores — acusados de promover “privatizações de maneira negligente com o setor elétrico” (a Enel, controlada pelo governo italiano, assumiu a concessão em 2018, ao comprar a AES Eletropaulo) —, montar uma sala de situação no Ministério de Minas e Energia para acompanhar a crise e cobrar da Aneel que apurasse as causas do problema.

Na berlinda, a agência concluiu ter havido demora em mobilizar equipes e descumprimento dos parâmetros de qualidade, aplicou à Enel multas que somam R\$ 260 milhões e exigiu de todas as distribuidoras de energia brasileiras a apresentação de planos de contingência para eventos climáticos extremos. A Enel apresentou seu plano no mês passado, mas ainda contesta a multa na Justiça.

A partir da última sexta-feira, quando houve nova tempestade em São Paulo, com rajadas de ventos de mais de 100 quilômetros por hora, a mesma ciranda se repetiu, amplificada pelas circunstâncias, às vésperas do segundo turno da corrida eleitoral.

A exceção a essa triste repetição de inoperâncias e omissões foi a atitude do governo federal, mais especificamente do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Antes discreto na cobrança à Aneel, desta vez Silveira virou uma metralhadora giratória. Disse que a Enel “não conhece a realidade nacional”.

Afirmou que a atuação da empresa foi marcada pela falta de planejamento e “beirou a burrice”. Acusou a Aneel de omissão por não ter aberto processo para cassar a concessão em abril de 2024, a pedido dele, e disse que o contrato da distribuidora é “frouxo”, por isso não pode ser rompido pelo governo.

Que o ministro está em guerra com a Aneel, não é segredo. Recentemente, ele até ameaçou intervir na agência, depois que os diretores vetaram a transferência de controle da Amazonas Energia à Âmbar, do grupo J&F, dos irmãos Wesley e Joesley Batista. O que chamou a atenção foi a guinada em relação à Enel, porque, depois do apagão de novembro, Silveira vinha se aproximando dos italianos.

Desde abril, quando pediu à Aneel que abrisse processo contra a distribuidora, Silveira fez três viagens à Itália, e em todas esteve com executivos da Enel. Em junho, levou o próprio Lula para se reunir com o CEO da companhia durante o encontro do G7, na turística Fasano.

O grupo tirou fotos em sorridentes apertos de mão, e o presidente saiu do encontro dizendo que o Brasil estava disposto a renovar o contrato se a Enel se comprometesse a ampliar os investimentos no país para R\$ 20 bilhões — o que os italianos obviamente confirmaram.

Na manhã da última sexta-feira, horas antes de a tempestade começar no Brasil, Silveira estava em Roma, ao lado de um diretor da Enel, num desses eventos que reúnem autoridades brasileiras para

palestras aleatórias e lautos regabofes, promovido pelo grupo Esfera e patrocinado pela JBS dos Batistas, entre outras empresas.

O tema do painel era sustentabilidade e a “nova era energética”. Silveira incluiu a Enel entre as distribuidoras que poderiam se enquadrar num decreto que prevê renovação dos contratos de concessão. Noutras mesas, naquele mesmo dia, falaram o CEO mundial, Flavio Cattaneo, e Wesley Batista, acionista da Âmbar.

Horas depois, o tempo virou no Brasil. A tempestade afastou Silveira dos italianos, mas a história está longe de acabar.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 17/10/2024*

## PARA FAZER CORTES, GOVERNO MIRA DE EMENDAS A ESTATAIS

Equipe econômica quer regra para que empresas públicas não dependam do Tesouro  
*Por Thaís Barcellos, Renata Agostini e Bernardo Lima — Brasília*



**Ministro da Fazenda, Fernando Haddad: “Não há hipótese” de retirar estatais do Orçamento público — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

Diante da necessidade de encaixar despesas crescentes no Orçamento, o governo avalia uma série de medidas que visam, de um lado, preservar áreas consideradas essenciais, como saúde e educação, e, de outro, evitar descumprir os limites estabelecido no arcabouço fiscal.

O plano da Fazenda inclui redução de valores destinados a emendas parlamentares, iniciativa que depende de difícil negociação com o Congresso.

Em outra frente, a equipe econômica propôs novas regras orçamentárias para empresas estatais para que elas deixem de depender do Tesouro.

Atualmente, 17 estatais são dependentes de aportes do Tesouro e seus gastos estão sujeitos às regras do arcabouço fiscal. A lista inclui empresas de diferentes perfis e foco de atuação, desde a Embrapa, de pesquisas na área agropecuária, até a Codevasf, responsável por obras públicas em cidades do interior do país, e a Conab, que gere estoques públicos de produtos agrícolas.

### Caminho de transição

A ideia é criar um caminho de transição para as empresas que se mostrarem capazes de adequar suas operações e alcançar a independência no futuro. Isso seria feito por meio da assinatura de um “contrato de gestão” com o ministério responsável pela supervisão da estatal.

Trata-se de um plano firmado por empresas controladas pela União com objetivos e metas de desempenho. A possibilidade está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). As estatais que firmarem o contrato contarão com “autonomia gerencial, orçamentária e financeira”. Dessa forma, poderiam financiar parte de seus investimentos.

Dois projetos sobre o tema foram encaminhados ao Congresso no início do mês. A informação foi antecipada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pelo GLOBO.

Na prática, as receitas próprias destas estatais sairiam do chamado Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sujeito ao limite de gastos. Mas os repasses de recursos do governo para as empresas continuariam dentro do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ou seja, dentro das regras de despesas.



Na avaliação de especialistas, a medida, ainda que com alcance restrito, pode abrir espaço para outras despesas dentro do teto de gastos. O governo nega essa avaliação, com o argumento de que os investimentos que as empresas vão custear com receitas próprias hoje não existem.

Elisa Leonel, secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão, destaca que os gastos que a União tem com essas empresas continuarão a ser contabilizados no limite de gastos.

— Hoje, o que tem é pouco para que as estatais ganhem eficiência nos seus negócios. A aposta é que elas sejam capazes de criar receitas próprias — disse ela.

Na avaliação de Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, o valor é pequeno, mas abre um precedente. Ele calcula que a mudança poderia abrir espaço no limite de gastos de R\$ 2,2 bilhões no curto prazo. Hoje, receitas próprias das estatais dependentes somam R\$ 2,4 bilhões, enquanto as despesas somam R\$ 33,6 bilhões.

O cálculo desconta R\$ 200 milhões das receitas porque considera empresas que prestam serviços a hospitais universitários, que já estão excetuados do teto.

Após repercussão negativa da iniciativa, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que “não há hipótese” de retirar estatais do Orçamento público. Segundo o ministro, a intenção é tornar as estatais menos dependentes de recursos do Tesouro Nacional e, eventualmente, desvinculá-las do Orçamento:

— O objetivo da medida é fazer com que as estatais não dependam mais de recursos orçamentários. Há estatais que podem deixar de ser dependentes, queremos oferecer as essas estatais planos de trabalho para deixarem de serem dependentes.

Haddad disse ter apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva “propostas consistentes” de revisão de gastos do governo para que o arcabouço fiscal tenha durabilidade. Segundo Haddad, as medidas podem exigir mudanças constitucionais e precisam ser discutidas no governo antes de serem divulgadas.

### **Gasto em saúde e educação**

Em evento no Palácio do Planalto, contudo, Lula voltou a defender gastos em saúde e educação como investimentos. A declaração ocorreu após Haddad, em entrevista à Folha de S.Paulo, chamar a situação de “batata quente”, uma vez que há resistência do presidente em fazer cortes.

— Toda vez que a gente está cuidando de fazer política social é tratado como gasto. Não é à toa. Foi uma doutrina de palavras criadas para induzir a gente a determinados erros — disse Lula.

O plano de corte de gastos que vem sendo gestado por Haddad inclui uma negociação com o Congresso para reduzir o valor das emendas parlamentares. Há o diagnóstico de que, apesar de ser medida de difícil execução, o avanço do Legislativo sobre o Orçamento impede um pacote arrojado de contenção de gastos.

Neste ano, as emendas somam R\$ 52 bilhões. A proposta de Orçamento enviada pelo governo para 2025 destina R\$ 38,9 bilhões, valor acima do proposto no ano passado, mas abaixo das ambições dos parlamentares.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 17/10/2024*

## **CGU SOLICITA DOCUMENTOS À ANEEL PARA EMBASAR AUDITORIA SOBRE APAGÃO EM SÃO PAULO**

Órgão já realizou 241 auditorias em agências reguladoras, sendo 18 na Aneel

*Por Patrik Camporez — Brasília*



**Coletiva sobre apagão em São Paulo. Vinicius Carvalho (CGU) — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

A Controladoria-Geral da União (CGU) solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) uma série de documentos para embasar uma auditoria que investiga as causas e possíveis omissões relacionadas ao apagão em São Paulo. Um dos documentos solicitados é o plano de contingência da Enel, documento em que a distribuidora de energia em São Paulo detalhou as ações que tomaria em caso de apagão na cidade.

A auditoria tem a finalidade de identificar falhas na fiscalização da Aneel sobre a Enel e foi determinada pelo próprio presidente Lula.

— O presidente determinou que a CGU fizesse uma auditoria completa sobre a Aneel, a respeito da concessionária Enel. Desde o que deveria ter sido adotado no ano passado, e não foi, até o que vai acontecer daqui para a frente para que as mesmas falhas não aconteçam — informou o ministro da CGU, Vinicius Carvalho, na última segunda-feira.

Com este, a CGU tem dois procedimentos em aberto envolvendo o setor de energia. Além da auditoria, o órgão abriu uma investigação preliminar, nesta quarta-feira (16), para apurar supostas irregularidades envolvendo dirigentes da Aneel.

Segundo a CGU, a investigação, que corre em sigilo, se baseia em denúncias encaminhadas pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. "A CGU reafirma seu compromisso com a transparência e a correção de eventuais desvios de conduta na administração pública e manterá o público informado assim que o processo for concluído", diz nota divulgada pelo órgão.

Já no caso da auditoria em curso, aberta na última segunda-feira, o órgão pediu acesso ainda às recomendações da Aneel à distribuidora de São Paulo em função do evento climático de 3 de novembro do ano passado - quando a região metropolitana de SP teve mais de 2 milhões de clientes afetados - além de outros documentos como convênios de cooperação, contrato de metas e plano de fiscalização da Aneel.

Órgão realizou 241 auditorias em agências reguladoras

A CGU integra o sistema de controle interno da administração federal como órgão central, sendo responsável por realizar auditorias e supervisionar tecnicamente todos os órgãos e entidades federais, exceto alguns que contam com comissões internas de auditoria. Por isso tem, entre suas atribuições, fiscalizar as agências reguladoras federais, o que já resultou em um total de 241 auditorias realizadas - sendo 18 apenas na Aneel.

Em relação à Aneel, as auditorias tratam principalmente de temas considerados críticos pelo órgão de controle, como a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), que têm a intenção de melhorar a eficiência no setor elétrico.

Nesta quarta-feira, o ministro da CGU e o diretor-geral da Aneel se reuniram em Brasília para tratar do plano de contingência da Enel, documento em que a distribuidora de energia em São Paulo detalhou as ações que tomaria em caso de apagão na cidade.

A empresa afirma que apresentou o documento para a Aneel em setembro. O plano de contingência foi solicitado pelas autoridades para evitar que novos episódios como o que aconteceu em 3 de novembro do ano passado se repetissem.

Na noite de domingo, quando o apagão já completava dois dias, órgãos de controle de SP afirmaram que a Enel não estava cumprindo o plano de contingência.

Representantes da Aneel e da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arcesp) informaram que o número de funcionários que a empresa havia prometido alocar para lidar

com apagões de grandes proporções não havia sido atingido e que o ritmo de reação estava aquém do esperado.

— O plano de contingência apresentado para a Aneel e Arcesp em função do que aconteceu em 3 de novembro do ano passado envolvia 2.500 pessoas num cenário de contingência extrema, como esse que estamos vendo agora. Esse número ainda não foi alcançado. Nós temos hoje de 1.700 a 1.800 pessoas — disse Thiago Veloso, diretor da Arcesp, em entrevista coletiva.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/10/2024

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### SERVIDORES PÚBLICOS QUEREM 'BLINDAR' FUNDO DE PENSÃO CONTRA INGERÊNCIA POLÍTICA E RISCOS DE MERCADO

Abaixo-assinado da Funpresp-Exe pede criação de perfil de investimento exclusivo em títulos públicos; diretor-presidente diz que governança é sólida e que fundo nunca foi alvo de interferência

Por Bianca Lima

BRASÍLIA - Participantes da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp-Exe) — o fundo de pensão dos servidores federais do Executivo e do Legislativo, que conta com R\$ 10,7 bilhões de patrimônio — lançaram um abaixo-assinado para solicitar a criação de um perfil de investimento exclusivo em títulos públicos.

Ou seja, uma modalidade ainda mais conservadora do que as aplicações realizadas atualmente pelos fundos de pensão, cujos portfólios já são majoritariamente focados em papéis de renda fixa, sobretudo os emitidos pelo governo. A petição afirma que o objetivo é “proteger o patrimônio” dos participantes e “assegurar uma aposentadoria segura”. Ao Estadão, o diretor-presidente da Funpresp-Exe, Cícero Dias, disse que a governança da fundação é sólida e que o fundo nunca foi alvo de interferência (leia mais abaixo o posicionamento).

O documento conta com 1,5 mil assinaturas, número relativamente pequeno perto dos 113,9 mil participantes ativos do fundo. Ainda assim, o tema vem movimentando grupos e fóruns dos poupadores, em conversas que frequentemente remetem a temores de ingerência política, além de riscos de mercado.



**Fundo de pensão dos servidores federais do Executivo e do Legislativo conta com R\$ 10,7 bilhões de patrimônio e 113,9 mil participantes ativos Foto: Dida Sampaio/Estadão**

“Nosso desejo é criar um quinto perfil de investimento (a fundação já conta com quatro tipos), que vai alocar o dinheiro exclusivamente em títulos públicos federais. Já temos o perfil quatro, que investe mais de 90% nesses papéis, mas tem um pouco de crédito privado, como empresas e debêntures. E nós tivemos uma experiência negativa recente, por exemplo, com Americanas e Light”, afirma o analista do Ministério do Planejamento e Orçamento Jorge Moisés, responsável pela criação do abaixo-assinado.

“Ou seja, ajudaria a evitar tanto o risco de mercado como o do governo, uma vez que a gente teve problemas no passado com os fundos de pensão”, diz o servidor.





De 2011 a 2015, durante a administração da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), os maiores fundos de pensão das estatais acumularam perdas de R\$ 113,4 bilhões. O número consta do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou, à época, esquemas de corrupção nas instituições da Caixa Econômica Federal (Funcef), dos Correios (Postalís), da Petrobras (Petros) e do Banco do Brasil (Previ).

Desse grupo, a Previ foi a única que não teve de onerar seus contribuintes com valores extras e nem os assistidos com cortes. O fundo alega, inclusive, que distribuiu benefícios extraordinários até 2013. Ainda assim, segundo relatório da CPI, a rentabilidade das aplicações da Previ, entre 2011 e 2015, ficou abaixo da meta mínima em R\$ 68,9 bilhões.

No caso dos Correios, até hoje a empresa e seus participantes tentam equacionar o rombo. Como mostrou o Estadão em agosto, a estatal se comprometeu a transferir R\$ 7,6 bilhões ao Postalís para cobrir metade do déficit do plano. A outra metade será arcada por funcionários, aposentados e pensionistas do fundo.

### **Ideia surgiu no governo passado**

Moisés frisa, porém, que a iniciativa não tem relação com os governos A, B ou C ou com a atual gestão da Funpresp-Exe, que inclusive conta com participantes na sua composição. A ideia de um perfil exclusivo em títulos públicos, segundo ele, começou a ser debatida há quatro anos, portanto ainda na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ele diz, contudo, que o debate sobre eventuais flexibilizações em investimentos de fundos de pensão serviu como “catalisador” do tema. Como mostrou o Estadão, dentre as iniciativas em discussão atualmente está a ampliação das alocações em imóveis, que vem sendo discutida pela Caixa Econômica Federal e integrantes do governo.

Também há diálogos entre a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos em debêntures de infraestrutura, como forma de diversificação do portfólio.

Em outra frente, noticiou o Estadão/Broadcast, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) enviou ao Ministério da Fazenda uma proposta para regular os investimentos em Fundos de Investimentos em Participações. Os chamados FIPs compram participações em empresas e acabaram ficando marcados por episódios de perdas expressivas, também na gestão Dilma Rousseff.

### **Um prejuízo de R\$ 5,5 bi aos fundos**

Na ocasião, os fundos aportaram dinheiro no FIP Sondas, criado para investir na Sete Brasil, estatal incumbida de fabricar equipamentos para a exploração de petróleo do pré-sal. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), os investimentos na Sete causaram prejuízos de R\$ 5,5 bilhões aos fundos.

“Na Funpresp, nós corremos 100% do risco. O projeto é estruturado de forma a dar ao servidor 100% dos ganhos, mas o governo não tem de fazer nenhuma cobertura de saldo (em caso de perdas, salvo comprovadas ilegalidades)”, afirma João Carlos Ferreira, auditor da Receita Federal e especialista em previdência que também assinou o abaixo-assinado. “Portanto, o dono de 100% do risco tem de ser dono de 100% da decisão de qual risco deseja correr. Hoje, não temos essa segurança.”

Também servidor da Receita, Marcos Hübner Flores reforça que o documento não tem relação com um ou outro governo: “Minha preocupação vem desde a juventude, quando ainda existia o Montepio da Família Militar (instituição semelhante aos atuais fundos de pensão que foi à falência na década de 80)”. “A cada quatro anos muda o governo, o que é salutar e natural da democracia, mas isso traz riscos, já que pode levar a alterações (nos investimentos) que não interessam aos servidores”, afirma.



### **Pleito não é consenso; especialista recomenda foco em governança**

O pleito, como sugere o número de adesões ao abaixo-assinado, está longe de ser um consenso dentro da Funpresp-Exe. Participantes ouvidos na condição de anonimato afirmam que não veem a criação do novo perfil como uma blindagem efetiva contra eventuais interferências políticas. E alegam que o reforço da governança seria o melhor caminho a ser seguido, até porque abarcaria todos os perfis simultaneamente.

Um dos poupadores ouvidos pelo Estadão diz que, ao se criar um perfil supostamente blindado contra ingerência política, estaria se admitindo a possibilidade de interferência nos outros planos, o que geraria um risco moral (moral hazard, no termo em inglês). E isso, naturalmente, incentivaria a migração, mesmo que não exista tal ingerência.

Uma transferência expressiva de participantes ao novo perfil, alega o interlocutor, poderia acarretar perdas à fundação, mesmo que a migração fosse fracionada ao longo do ano (as alterações só são autorizadas na data de aniversário do poupador). Isso porque poderia gerar a necessidade de venda de ativos em momentos eventualmente ruins de mercado, forçando a realização da perda.

Felipe Marin, sócio do escritório Velloza Advogados e com atuação no mercado de capitais, também avalia que o caminho mais adequado para se garantir segurança e rentabilidade a participantes de fundos de pensão, de forma geral, se dá por meio da melhora contínua da governança.

“Ou seja, criar instâncias dentro das fundações para aprovação dos investimentos e outras para acompanhar de perto o desempenho dos ativos, com métricas ajustadas ao risco, diligência ativa e constante. Um sistema de freios e contrapesos capaz de trazer o equilíbrio necessário para evitar tomadas de decisões unilaterais sem supervisão ou controle adequado”, diz Marin.

### **Entrega do abaixo-assinado**

Ao Estadão, o diretor-presidente da Funpresp-Exe, Cícero Dias, afirmou que está “ciente, informalmente”, do abaixo-assinado, mas que ainda não tomou conhecimento do teor do documento. Segundo ele, já houve contato por parte dos participantes para que seja realizada uma entrega formal, ainda sem data marcada.

Mesmo assim, diz ver o movimento com bons olhos. “É importante que todos os participantes acompanhem, observem e façam os seus pleitos, que são legítimos. Se todo mundo acompanhasse de perto o seu fundo de previdência, ninguém se frustraria lá na frente”, afirmou.

Segundo Dias, a preocupação com eventuais ingerências políticas sempre foi um ponto de atenção dos participantes, independentemente do governo de plantão. Mas ele frisou que o fundo nunca teve nenhum caso de interferência.

“Fazemos pesquisas regularmente entre os participantes e, de fato, um dos riscos mais apontados é de ingerência política. Mas o próprio modelo de perfil de investimento já mitiga esse risco (o plano mais conservador da Funpresp, para quem está mais próximo de se aposentar, já aloca 95% do capital em títulos públicos). Além disso, temos uma estrutura de governança muito robusta”, pontuou.

Dias elenca a existência de uma série de comitês (de risco, governança, seguridade, investimento e de auditoria independente) e diz que a entidade é gerida por servidores que muitas vezes atuam em órgãos de fiscalização ou que têm amplo conhecimento do mercado de capitais.

“A gente tem, na gestão da entidade, professores de universidades, servidores da AGU (Advocacia Geral da União), do TCU (Tribunal de Contas da União), da Receita, Tesouro, Banco Central, Secretaria de Orçamento, Câmara, Senado, da Polícia Federal. Isso também dá uma proteção”, afirma Dias. “Não tenho a mínima dúvida de que a Funpresp é a entidade mais fiscalizada do País.”

### ANEEL PREVÊ QUE DISTRIBUIDORAS QUITEM QUASE R\$ 500 MILHÕES EM MULTAS PARA RENOVAR CONCESSÃO

Tema está em consulta pública até 2 de dezembro e atinge 19 empresas (60% do mercado) com concessão vencendo até 2031; associação das empresas diz que ainda fará 'avaliação jurídica sobre a pertinência'

*Por Renan Monteiro (Broadcast) e Ludmylla Rocha (Broadcast)*

BRASÍLIA E SÃO PAULO - A renovação da concessão das distribuidoras de energia elétrica no Brasil pode levar à obrigatoriedade do pagamento de R\$ 490 milhões em multas ainda não quitadas, além da renúncia de disputas judiciais.

A previsão consta em cláusula na minuta do termo aditivo para os contratos das concessionárias proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O tema está em consulta pública até 2 de dezembro e atinge 19 empresas com concessão vencendo entre 2025 e 2031, que representam 60% do mercado de distribuição.

Questionado, o diretor executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Ricardo Brandão, declarou que ainda haverá uma "avaliação jurídica sobre a pertinência" deste e outros temas na minuta em discussão. A posição da entidade, disse ele, será apresentada em consulta pública.

Ambas as condições foram colocadas como critérios para a renovação das concessões: "a distribuidora deve também comprovar a desistência de ações judiciais conflitantes antes da assinatura do termo aditivo [...] Propõe-se a inserção de sub cláusula na minuta do termo aditivo que exija que a distribuidora declare ter recolhido todas as multas com trânsito em julgado administrativo", citou a relatora Agnes da Costa em seu voto. Mudanças ainda podem ser feitas ao longo da discussão.



*Agência reguladora também espera que, para renovar concessão, distribuidoras de energia comprovem a desistência de ações judiciais Foto: Marcelo Min/Estadão*

Em geral, a maioria das multas aplicadas pela Aneel durante o processo de fiscalização são quitadas. Pela tendência, a judicialização é observada naquelas que possuem valores elevados.

#### Caso Enel em São Paulo

Só a Enel São Paulo, distribuidora que atua em 24 cidades da Região Metropolitana de São Paulo, teria de abdicar de, pelo menos, duas demandas judiciais, que somam R\$ 261,6 milhões em multas aplicadas — provisoriamente suspensas por determinações judiciais favoráveis à empresa.

Um dos processos envolve a penalidade de R\$ 95,8 milhões, aplicada no ano de 2022 em função da qualidade do fornecimento do serviço de energia elétrica. Outro processo é de 2023, somando R\$ 165,8 milhões, referente ao apagão na capital paulista no fim do ano passado.

Um processo administrativo na Aneel apura o novo apagão no último fim de semana e uma nova multa poderá ser empregada. O advogado Guilherme Vinhas, sócio do Escritório Vinhas e Redenschi Advogados, aponta que, apesar de parte das multas aplicadas pela Aneel ser suspensa a partir do questionamento na Justiça, as empresas precisam ter no balanço financeiro a previsão de pagamento dos débitos em caso de perda da disputa jurídica após o trânsito em julgado.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 17/10/2024*

## CRESCIMENTO NO BRASIL FOI IMPULSIONADO APÓS A ADOÇÃO DE REFORMAS, DIZ GEORGIEVA, DO FMI

‘O Brasil começou em 2017 as reformas’, disse a diretora-gerente do FMI. ‘mas os países precisam avançar nas reformas, não há tempo a perder’; a executiva alertou também para a alta dívida pública  
*Por Aline Bronzati (Broadcast)*

NOVA YORK - A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, destacou a contribuição da adoção de reformas no mercado de trabalho e tributária no Brasil como estímulo para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) doméstico.

“O que vemos nos dados é que o crescimento no Brasil é impulsionado em algo entre 0,3 ponto percentual e 0,5 ponto percentual, o que é significativo”, disse ela, em evento, nesta manhã de quinta-feira, 17, que antecede as reuniões anuais do FMI, que ocorrem na próxima semana.

A menção ao Brasil foi feita em meio a uma defesa de Georgieva para que os países avancem em reformas estruturais considerando um ambiente de baixo crescimento na fase pós-pandêmica.

Segundo ela, há exemplos ‘brilhantes’ no mundo, e o País é um deles. Ela citou as reformas iniciadas no governo Temer (2016-2018): “O Brasil começou em 2017 as reformas do mercado de trabalho, tributárias, de imposto sobre valor agregado”, listou a diretora-gerente do FMI.



*‘Em todo lugar a que vou, ouço a mesma coisa: uma aspiração por maior crescimento e melhores oportunidades. A questão é: como? A resposta: foco nas reformas. Não há tempo a perder’, diz Georgieva Foto: Marcelo Chello/Estadão*

Estudo do fundo publicado esta semana alertou para a urgência de reformas estruturais. A análise mostra que o apoio público é determinante para a adoção de mudanças, em especial, diante do fato de que o descontentamento social aumentou desde a crise

financeira global.

Ao analisar a economia global, Georgieva disse que a performance tem sido melhor que o esperado, mas com riscos para baixo. O quadro é misto, classificou.

“A China está desacelerando, a Índia está acelerando; e algumas outras partes da Ásia, acelerando; os Estados Unidos estão indo muito bem. A Europa pode se sair melhor”, avaliou.

### Foco nas reformas: ‘Não há tempo a perder’

Georgieva alertou que os países precisam avançar em reformas. As três áreas principais são: mercado de trabalho, mobilização de capital e produtividade.

“Em todo lugar que vou, ouço a mesma coisa: uma aspiração por maior crescimento e melhores oportunidades. A questão é: como? A resposta: foco nas reformas. Não há tempo a perder”, disse Georgieva, em discurso que antecede as reuniões anuais do FMI, que ocorrem na próxima semana, em Washington DC.

A primeira área de reformas é o mercado de trabalho, que precisam funcionar em prol das pessoas, segundo ela. Há um mundo de demografia profundamente desigual e a migração econômica pode ajudar até certo ponto, disse. Georgieva também defendeu medidas de apoio para ajudar a colocar mais mulheres na força de trabalho. “Acima de tudo, há uma necessidade de reformas para aprimorar conjuntos de habilidades e combinar as pessoas certas aos empregos certos”, avaliou.



O segundo alvo é a mobilização de capital. Conforme Georgieva, há uma abundância de recursos no mundo, mas, muitas vezes, não nos lugares certos. Nesse sentido, cobrou dos formuladores de políticas eliminação de barreiras para favorecer a entrada de investimento estrangeiro.

“A supervisão do setor financeiro não deve apenas garantir estabilidade e resiliência, mas também encorajar a tomada de riscos prudente e a criação de valor”, avaliou.

Por fim, os países devem se concentrar em ações que ajudem a aumentar a produtividade. “Há muitas maneiras de aumentá-la, desde melhorar a governança e as instituições até reduzir a burocracia e aproveitar o poder da inteligência artificial (IA)”, sugeriu a diretora-gerente do FMI.

Ela alertou ainda que, globalmente, o ritmo das reformas vem diminuindo desde a crise financeira global, à medida que o descontentamento da população aumenta.

### **O risco da dívida pública alta**

A diretora-gerente do FMI disse que a dívida pública alta e crescente torna o quadro da economia mundial “mais preocupante”.

Cenário adverso severo, mas considerado plausível pelo organismo, indica que a dívida pública global pode subir cerca de 20 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) acima da linha de base. “À medida que a dívida aumenta, o espaço fiscal se contrai desproporcionalmente mais em países de baixa renda”, alertou Georgieva, em discurso que antecede as reuniões anuais do FMI, na próxima semana.

De acordo com ela, o espaço fiscal continua diminuindo, e as escolhas difíceis de gastos se tornaram “mais difíceis” com pagamentos de dívida mais altos. “Escolas ou clima? Conectividade digital ou estradas e pontes?”, comparou.

O quadro se agrava diante de tempos profundamente problemáticos, conforme a diretora-gerente do FMI. “O dividendo da paz do fim da Guerra Fria está cada vez mais em risco. Em um mundo de mais guerras e mais insegurança, os gastos com defesa podem continuar aumentando enquanto os orçamentos de ajuda ficam ainda mais aquém das crescentes necessidades dos países em desenvolvimento”, avaliou.

Georgieva afirmou ainda que, no futuro, o comércio não será o mesmo motor de crescimento de antes. “É como despejar água fria em uma economia mundial já morna”, classificou.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 17/10/2024*

## **COMO HADDAD E TEBET PRETENDEM CONVENCER LULA DO PACOTE FISCAL; LEIA BASTIDOR**

Se aprovadas as duas medidas de maior relevo de uma extensa lista de iniciativas, auxiliares de Lula creem ser possível desacelerar gastos, economizar R\$ 40 bilhões e, assim, evitar o estouro do arcabouço fiscal em 2026

*Por Mariana Carneiro*

BRASÍLIA - A equipe econômica acertou os ponteiros sobre as propostas que pretende levar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após o segundo turno das eleições municipais, para desacelerar o crescimento dos gastos públicos. Agora, os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Simone Tebet, do Planejamento, elaboram os argumentos para convencer o presidente a embarcar na agenda de credibilidade do arcabouço fiscal.

A palavra final de Lula é considerada incerta até por seus auxiliares. Por isso, a lista de medidas de contenção tem mais de uma dezena de itens, entre iniciativas para segurar gastos na educação, na saúde, na Previdência e em benefícios para militares. Será um pacote “robusto” nas palavras de um auxiliar do presidente, com o objetivo de dar margem para ele escolher o que aceita levar adiante.

Integrantes da equipe econômica afirmam que as ações não miram o cumprimento da meta em 2025, e que o alvo é 2026, quando analistas que acompanham as contas públicas afirmam que não será mais possível cumprir as regras do arcabouço fiscal. O ceticismo que domina os mercados faz com que o governo tenha de arcar com juros mais altos para financiar a dívida pública e provoca insegurança que se traduz em um dólar mais caro.



***Sobe a pressão das contas e do mercado, Simone Tebet, do Planejamento, e Fernando Haddad, da Fazenda, têm o desafio de convencer Lula do pacote fiscal Foto: Wilton Junior/Estadão***

Diante disso, o primeiro argumento é que nem todas as medidas precisam ser aprovadas agora, e que é possível dar um passo de cada vez na direção de uma agenda estrutural de revisão das políticas públicas. Afinal, dizem, não se pode cobrar de Lula o que nenhum presidente conseguiu fazer em termos de reformas em benefícios sociais — um mantra repetido em Brasília, um benefício quando se dá, ninguém consegue tirá-lo.

Há uma lista extensa de iniciativas, mas, se forem aprovadas duas de mais relevo, é possível se alcançar uma faixa de economia de gastos de R\$ 40 bilhões, com o que é possível fazer com que se torne viável o arcabouço. Se não forem todas aprovadas em 2024, podem escorregar para o início de 2025, até maio, desde que estejam prontas para entrar em operação em 2026.

Os auxiliares de Lula afirmam ainda que há uma janela temporal favorável para convencer o presidente da necessidade de conter gastos. Isso porque foi concluído o pente-fino de despesas no Bolsa Família e na Previdência, com esperados ganhos de R\$ 25 bilhões em 2025, indicando que a gordura já foi queimada e que é preciso avançar para o segundo degrau, cuja única pauta é a revisão de gastos.

Se o governo embarcar na agenda, é possível abrir espaço, por exemplo, para elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil, como prometeu Lula em 2022. A equipe econômica debate como financiar a ampliação do benefício, que pode custar entre R\$ 35 bilhões e R\$ 100 bilhões, a depender do desenho da medida. Um espaço extra, por meio da revisão de gastos, pode ajudar a entregar a promessa.

Há sinais também que vêm das eleições municipais e que estão no radar político do presidente, que tenta reter apoiadores após uma disputa com resultados positivos para partidos do centro e da direita moderada.

A economia dando sinais de melhora, com uma baixa na cotação do dólar, dos juros e um controle da inflação, pode ajudar a atrair os eleitores de camadas da classe média. Isso pode fazer com que Lula consiga reter inclusive os partidos que hoje flertam com o apoio a um eventual sucessor do bolsonarismo, como os governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Ronaldo Caiado (União-GO) e Ratinho Júnior (PSD-PR).

Nessa balança de ganhos e perdas, não se espera que o mercado tenha uma reação positiva imediata ao pacote fiscal, uma vez que a desconfiança é grande. Mas a conversa de Lula com banqueiros nesta quarta-feira, 16, já é um sinal citado como um indício de que o presidente enxerga relevância no trabalho que está em curso na equipe econômica.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 17/10/2024**

### VALOR ECONÔMICO (SP)

#### CHINA CONSIDERA AUMENTAR TARIFAS SOBRE IMPORTAÇÕES DE CARROS

Membros da UE votaram no início de outubro para avançar com tarifas adicionais sobre veículos elétricos fabricados na China

*Por Jiahui Huang, Em Dow Jones*



*Navio da montadora chinesa BYD atraca no Porto de Suape, em Pernambuco, com 5 mil carros, na segunda-feira (27 de maio de 2024) — Foto: Reprodução*

A China reiterou que pode aumentar as tarifas sobre carros importados com motores de combustão interna de grande cilindrada, após a União Europeia (UE) votar, no início deste mês, para aumentar os impostos de importação sobre veículos elétricos fabricados na China.

O Ministério do Comércio está estudando medidas relacionadas ao aumento das tarifas sobre a importação de carros movidos a combustível com motores grandes e tomará uma decisão após considerar fatores relevantes, disse o porta-voz do ministério, He Yadong, em uma coletiva de imprensa na quinta-feira (17).

Ele acrescentou que existem divergências significativas entre a China e a UE sobre a decisão desta última de prosseguir com tarifas sobre veículos elétricos chineses. A China convidou funcionários da UE a visitar o país para novas negociações, acrescentou.

Esta não é a primeira vez que as autoridades chinesas levantam a possibilidade de tarifas mais altas sobre carros importados. O ministério do Comércio se reuniu no final de agosto com representantes de montadoras e especialistas acadêmicos sobre o assunto.

Os Estados membros da UE votaram no início de outubro para avançar com tarifas adicionais de até 45% sobre veículos elétricos fabricados na China, que serão aplicadas nos próximos cinco anos.

Se a China decidir impor tarifas mais altas sobre carros importados, isso afetará mais as montadoras alemãs, dado o volume de importações de carros da Alemanha, disse o presidente da Associação de Carros de Passageiros da China, Dongshu Cui.

O valor dos carros com motor de mais de 2,5 litros importados da UE nos primeiros oito meses do ano caiu 13% em relação ao ano anterior, totalizando US\$ 10,2 bilhões, de acordo com dados da Associação de Carros de Passageiros da China. A UE exportou um total de 196.000 desses carros para a China em 2023, segundo dados da CPCA.

"Isso pode ser mais um movimento político do que ter um impacto real nas montadoras," disse o analista da CCB International, Qu Ke, observando a atual queda nas importações de carros chineses.

As tarifas adicionais da UE sobre carros fabricados na China variam de 7,8% a 35,3%, além da tarifa padrão existente de 10% sobre todos os automóveis importados. Os EUA e o Canadá impuseram uma tarifa de 100% sobre as importações de veículos elétricos chineses.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 17/10/2024**

### PACOTE DE ESTÍMULO NA CHINA FRUSTRA E MINÉRIO CAI 4,5% NO MERCADO À VISTA

Depois de quase três semanas sendo negociada acima dos US\$ 100 por tonelada, a commodity voltou a perder esse nível nos portos chineses

*Por Stella Fontes, Valor — São Paulo*



— Foto: Julio Bittencourt/Valor

Foi breve a trajetória de recuperação dos preços do minério de ferro, que tem na China seu principal mercado consumidor. As medidas de estímulo ao setor imobiliário no país asiático frustraram as expectativas e, depois de quase três semanas sendo negociada acima dos US\$ 100 por tonelada, a commodity voltou a perder esse nível nos portos chineses.

No norte da China, segundo índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, a cotação do minério com teor de 62% de ferro caiu 4,5% nesta quinta-feira (17), para US\$ 99,75 a tonelada, elevando a 29% a baixa acumulada em 2024.

Com essa desvalorização, a principal matéria-prima do aço, que vinha acumulando alta de 4% em outubro, passou a exibir perda mensal de 0,5%. O preço de hoje é o menor desde 26 de setembro (US\$ 98,05 a tonelada).

O Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano-Rural chinês anunciou nesta quinta-feira que vai ampliar a lista de projetos imobiliários elegíveis para financiamento e que elevará a 4 trilhões de yuans (cerca de US\$ 550 bilhões), até o fim do ano, a cota disponível a empréstimos para esses empreendimentos.

Conforme o ministro Ni Hong, Pequim também vai acelerar o ritmo do programa de reconstrução das chamadas “favelas urbanas”, com a reconstrução de 1 milhão de unidades habitacionais, e de reassentamento de famílias, o que deve contribuir para a redução do estoque imobiliário no país.

Em nota a clientes, a equipe de análise do Itaú BBA aponta que a decepção com o pacote “se deve à falta de detalhes sobre a compra de estoques de moradias, o que é importante para estabilização dos preços”. Conforme o banco, seriam necessários quatro anos para que a relação entre estoque e venda de imóveis na China volte aos níveis anteriores à pandemia.

O setor de construção é responsável por 30% a 40% do consumo de aço no país asiático, com influência importante na dinâmica de preços de produtos siderúrgicos e, conseqüentemente, do minério de ferro.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 17/10/2024*

### ISRAEL ATINGE CIDADE PORTUÁRIA DA SÍRIA

Ataque aéreo atingiu a entrada sudeste de Latakia, um reduto do presidente da Síria, Bashar al-Assad

*Por Valor — São Paulo*



*Governo de Bashar al-Assad é aliado do Hezbollah, que está em guerra com Israel no Líbano — Foto: Hassan Ammar/AP*

Israel atacou a cidade portuária de Latakia, na Síria, na manhã desta quinta-feira (17), ferindo pelo menos dois civis e provocando um incêndio, segundo a agência de notícias estatal síria SANA.



O ataque aéreo atingiu a entrada sudeste de Latakia, um reduto do presidente Bashar al-Assad localizado perto de uma base aérea russa em Hmeimim. O governo é aliado do Hezbollah, que está em guerra com Israel no Líbano.

A SANA havia relatado, anteriormente, que a defesa antiaérea do país interceptou “alvos hostis” acima de Latakia.

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, um monitor sediado no Reino Unido, disse que a ofensiva israelense “teve como alvo um depósito de armas na cidade”.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 17/10/2024*

### **EXCLUSIVO: I SQUARED DEVERÁ FAZER OFERTA DE COMPRA DAS AÇÕES DA WILSON SONS EM 15 DIAS, SEGUNDO FONTES**

Após reportagem do Valor, empresa confirmou envio da carta da gestora e diz que negocia com outro grupo; segundo fontes, MSC é a potencial compradora

*Por Taís Hirata, Valor — São Paulo*



*Terminal de contêineres Rio Grande (RS) da Wilson Sons — Foto: Divulgação/Wilson Sons*

A gestora de investimentos I Squared Capital deverá apresentar uma oferta pública voluntária de aquisição das ações da Wilson Sons dentro de 15 dias, segundo apurou o Valor. Fonte do mercado diz que o grupo enviou uma carta à companhia anunciando o plano da oferta na quarta-feira (16).

Após a publicação da reportagem do Valor, a Wilson Sons confirmou, em fato relevante, que recebeu na noite de quarta (16) a carta da I Squared, na qual a gestora afirma que “está avaliando lançar uma possível oferta voluntária para aquisição de controle (e até 100%) da companhia. A carta afirma, ainda, que a I Squared só irá deliberar acerca da realização ou não da eventual oferta nos próximos 15 dias”. No comunicado, a empresa também disse que há um segundo interessado em comprar o controle da operadora portuária.

Conforme o Valor havia antecipado em agosto, a I Squared já vinha em negociação com o controlador da Wilson Sons, a Ocean Wilsons Holdings Limited (OWHL), que detém 56,5% das ações, para comprar o controle da operadora portuária — depois, haveria também uma oferta aos demais sócios.

Segundo pessoas a par do tema, que falaram sob condição de anonimato, no início de agosto, os grupos firmaram um acordo de exclusividade nas negociações, que durou até o início de setembro. Porém, nesse período o acordo seguiu travado. Ao longo de setembro, mesmo após o fim do período de exclusividade, a gestora manteve seu interesse na compra.

No entanto, uma fonte afirma que, ao fim de setembro, houve sinalização de que o acionista pretendia mudar os termos que vinham sendo discutidos, e a OWHL passou a não responder mais às tentativas de negociação, o que levou a gestora a comunicar o encerramento das negociações bilaterais e partir para o caminho da oferta pública.

Uma fonte a par do tema diz que houve uma percepção de que a OWHL não estava realmente engajada na negociação com a gestora, e que as conversas caminhavam muito lentamente.

No comunicado publicado hoje pela Wilson Sons, a empresa revelou que sua controladora OWHL afirmou que está “atualmente em negociações com outro potencial interessado para explorar os

termos de uma potencial transação envolvendo a aquisição da participação detida pela OWHL na Wilson Sons”.

Antes de a empresa fechar o acordo de exclusividade com a I Squared, a PSA International, controlada pela Temasek, chegou a negociar o ativo. Porém, há rumores no mercado de que agora o outro interessado seria o grupo de navegação MSC — a companhia, que já opera terminais de contêineres no Brasil, chegou a estudar uma aquisição de outro ativo portuário, a Santos Brasil, mas a empresa acabou sendo vendida a outro grupo de navegação, a CMA CGM.

Procurada pelo Valor, a I Squared disse que não vai se manifestar. A Wilson Sons disse que se manifestaria apenas por meio do fato relevante. O Valor questionou a MSC a respeito do interesse na Wilson Sons, mas até o momento o grupo não se manifestou.

### Controle da companhia

Na carta enviada na quarta-feira (16) pela I Squared, ainda não foram apresentadas as condições da oferta, como o preço a ser pago pelas ações e qual a fatia mínima e máxima que poderá ser adquirida na oferta, segundo fontes — embora estas afirmem que a I Squared deseja ter o controle da companhia, então seria necessário ao menos 51% dos papéis, podendo chegar à totalidade da empresa.

Segundo o plano da gestora, dentro de 15 dias seriam apresentadas essas condições da oferta e em 30 dias o processo poderia ser iniciado, diz uma fonte, que destaca que para a conclusão da operação seriam necessárias ainda uma série de aprovações de autoridades como o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), que costuma levar ao menos quatro meses.

A OWHL já havia anunciado em junho do ano passado a intenção de vender sua fatia na Wilson Sons. Desde então, as ações da companhia tiveram uma alta significativa. Os papéis, que eram negociados a R\$ 10,52 em 9 de junho de 2023, fecharam na quarta-feira em R\$ 16,46.

As conversas com a I Squared haviam sido antecipadas pelo Valor em agosto e confirmadas pela companhia em fato relevante divulgado no dia 23 de agosto. Além da OWHL, a Wilson Sons tem como sócias a gestora Radar (com 9,62%) e a Tarpon Capital (12,11%). A empresa tem 21,8% das ações negociadas na Bolsa.

A empresa opera dois terminais de contêineres, em Rio Grande (RS) e Salvador (BA), além de operar rebocadores e embarcações de apoio offshore. Em 2023, a companhia registrou uma receita líquida de R\$ 2,4 bilhões, alta de 6,8% na comparação anual. O lucro líquido foi de R\$ 404,9 milhões no ano, 19,5% a mais do que em 2022.

A gestora I Squared, que tem cerca de US\$ 40 bilhões de ativos de infraestrutura sob sua gestão em todo o mundo, abriu escritório no Brasil em meados de 2023 e desde então já anunciou a compra de 49% da empresa de geração distribuída Órgo Energia.

**Fonte:** Valor Econômico - SP

**Data:** 17/10/2024

## JAPÃO: EXPORTAÇÕES CAÍRAM MAIS DO QUE O ESPERADO EM SETEMBRO

Por Dow Jones Newswires — Tóquio



As exportações do Japão caíram mais do que o esperado em setembro, à medida que as remessas para seus principais parceiros comerciais, incluindo China e EUA, enfraqueceram, mostraram dados do Ministério das Finanças nesta quinta-feira.

**Porto de Yokohama, no Japão — Foto: Akio Kon/Bloomberg**

As exportações caíram 1,7% em setembro em relação ao ano anterior,

em comparação com um aumento de 5,5% em agosto e uma queda de 0,85% prevista por economistas pesquisados pelo provedor de dados FactSet.

O país registrou um déficit comercial de 294,3 bilhões de reais, equivalente a US\$ 1,97 bilhão, em setembro, marcando o terceiro déficit mensal consecutivo.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 17/10/2024



## G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

### DEFESA CIVIL EMITE ALERTA PARA CHUVAS E VENTOS INTENSOS NA BAIXADA SANTISTA E VALE DO RIBEIRA

Órgão estadual espera pancadas de chuva e rajadas de vento até o próximo domingo (20) por causa da passagem de uma frente fria.

Por *g1 Santos*



*Vento na cidade de Santos (SP) — Foto: Arquivo/Carlos Nogueira/Jornal A Tribuna*

A Defesa Civil de São Paulo emitiu um alerta para pancadas de chuva e rajadas de vento para as regiões da Baixada Santista, no litoral paulista, e no Vale do Ribeira, no interior. O alerta tem validade entre sexta-feira (18) e domingo (20).

De acordo com o alerta da Defesa Civil, há previsão de pancadas de chuva forte e condições para temporais com raios e rajadas de vento em todas as regiões do estado. Na Baixada Santista, os acumulados de chuva podem chegar a 100 mm. Já no Vale do Ribeira, até 60 mm.

Segundo o órgão, o alerta ocorre por conta da passagem de uma frente fria, que causará precipitações significativas, acompanhadas de raios, rajadas de vento podendo chegar a mais de 60 km/h e possíveis quedas de granizo em pontos isolados.

A Defesa Civil explicou que é importante as pessoas se atentarem aos alertas e terem a percepção de risco em caso de chuva e ventos fortes, evitando áreas abertas e encostas, além de tomarem cuidado com quedas de árvores e busquem abrigo e local seguro.

#### Orientações de segurança:

- Evitar lugares abertos, como praias, campos de futebol e estacionamentos;
- Manter-se longe de objetos altos e isolados, como árvores, postes, caixas d'água e quiosques;
- No momento da chuva, manter distância de aparelhos e objetos ligados à rede elétrica, como geladeiras, fogões e TVs;
- Evitar banho durante a tempestade;
- Em caso de ventos fortes, ter cuidado com a queda de árvores, postes, fios e semáforos;
- Não desafiar a força das águas, não transpor uma enxurrada ou andar em áreas de alagadas;
- Se estiver em uma área de encosta, observar sinais de movimentação do solo, como rachaduras nas paredes, árvores e postes inclinados, e água lamacenta;
- Se um fio energizado cair sobre o veículo, permanecer dentro do carro e ligar para o serviço de emergência.

O serviço gratuito de alerta da Defesa Civil está disponível para quem desejar receber alertas meteorológicos. Basta enviar seu CEP, por SMS, para o número 40199.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 17/10/2024

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### PORTOS DO PARANÁ CRECEM 8,6% DE JANEIRO A SETEMBRO

Da Redação Portos e logística 17/10/2024 - 19:07



Os portos de Paranaguá e Antonina registraram um aumento de 8,6% na movimentação de cargas entre janeiro e setembro de 2024, alcançando a marca de 52,13 milhões de toneladas. Esse resultado representa um acréscimo de 4,13 milhões de toneladas em comparação com o mesmo período de 2023, quando foram movimentadas 47,99 milhões de toneladas. De acordo com a Portos do Paraná, o crescimento foi impulsionado principalmente pela exportação de soja e pela importação de fertilizantes, além de aumentos significativos na movimentação de açúcar, cereais e contêineres.

A exportação de grãos de soja totalizou 12,34 milhões de toneladas no período, um aumento de 8% em relação ao ano anterior, quando foram exportadas 11,45 milhões de toneladas. Outro destaque foi o açúcar, que teve um incremento expressivo tanto na modalidade a granel quanto em saca. O açúcar a granel registrou um crescimento de 41%, movimentando 4,97 milhões de toneladas em 2024, contra 3,53 milhões de toneladas no ano anterior. Já o açúcar ensacado cresceu 49%, totalizando 676.384 toneladas neste ano, em comparação com 454.232 toneladas em 2023.

No campo das importações, os fertilizantes tiveram um aumento de 11% na movimentação. Foram importadas 7,84 milhões de toneladas em 2024, em comparação com 7,06 milhões de toneladas no mesmo período do ano passado. Os cereais, como malte, cevada e trigo registraram uma alta de 64% em 2024, com 814.281 toneladas movimentadas, contra 495.252 toneladas no ano anterior. Esse aumento na importação de cereais é especialmente relevante para a indústria cervejeira, que utiliza esses insumos em larga escala.

A movimentação de contêineres também cresceu, alcançando 1,17 milhão de TEUs movimentados entre janeiro e setembro de 2024, o que representa um crescimento de 34% em relação aos 875.146 TEUs movimentados no mesmo período de 2023. Segundo Luiz Fernando Garcia, diretor-presidente da Portos do Paraná, os números demonstram o potencial dos portos de Paranaguá e Antonina, que têm se destacado no cenário nacional graças a constantes investimentos em infraestrutura e melhorias na gestão portuária.

O diretor de operações portuárias, Gabriel Vieira, comentou sobre os resultados alcançados em setembro, apesar das adversidades climáticas. Mesmo com o período chuvoso, que afetou o desempenho das exportações de grãos e farelo de soja, os portos de Paranaguá e Antonina movimentaram mais de 5,7 milhões de toneladas no mês. Vieira ressaltou que, considerando os últimos 12 meses, a movimentação acumulada dos portos já soma 69,5 milhões de toneladas, evidenciando a força e a resiliência do sistema portuário paranaense.

As obras de dragagem e a modernização constante das instalações portuárias têm permitido aos portos de Paranaguá e Antonina lidar com um volume cada vez maior de cargas, consolidando sua posição como um dos principais hubs logísticos do Brasil. Com a tendência de crescimento contínuo e uma infraestrutura cada vez mais moderna e eficiente, os portos paranaenses se mantêm como

pilares fundamentais para o escoamento de produtos brasileiros, tanto para exportação quanto para importação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/10/2024

## PORTO DE SANTOS SUPERA MARCA DOS 4 MILHÕES DE TEUS EM 2024

Da Redação Portos e logística 17/10/2024 - 17:33



O Porto de Santos (SP) alcançou um novo recorde na movimentação de contêineres em 2024, superando a marca de 4 milhões de TEUs entre janeiro e setembro. Em termos de peso, foram movimentadas 44,5 milhões de toneladas, representando um aumento de 15,8% em relação ao mesmo período de 2023. Em setembro, o maior porto da América Latina registrou um aumento de 21,7% na movimentação de contêineres, atingindo 483,6 mil TEUs.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, destacou a importância do crescimento sustentável, com atenção à qualidade dos serviços e ao impacto positivo nas cidades vizinhas. De acordo com a APS, o complexo portuário santista segue consolidado como o principal porto da América do Sul e o 43º maior do mundo em movimentação de contêineres.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/10/2024

## PAC DESTINA R\$ 47 MI PARA AMPLIAR SEGURANÇA DE MANOBRAS NO ACESSO AO PORTO DE NATAL

Da Redação Portos e logística 17/10/2024 - 19:16



A Ponte Newton Navarro, em Natal (RN), será revitalizada com um investimento de R\$ 47 milhões por meio do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O valor será destinado à construção dos dolphins de proteção nos pilares (defensas) do vão navegável, para garantir mais segurança nas manobras das embarcações que acessam o Porto de Natal. O anúncio foi feito no dia 16 de outubro pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

As obras, que serão realizadas nos apoios 17 e 18 da ponte, têm previsão de início em janeiro de 2025 e conclusão em junho de 2026. A ação é uma parceria entre o Ministério de Portos e Aeroportos e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Atualmente, há restrições de manobras noturnas no porto, o que aumenta os custos para os clientes. Com as defensas, será possível receber navios maiores em qualquer horário, otimizando a logística portuária.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, presente no evento, também anunciou outros investimentos para o Rio Grande do Norte, como obras de saneamento básico, abastecimento de água e a construção de duas mil cisternas. Lula destacou o compromisso do governo federal com o Nordeste e ressaltou a importância da infraestrutura para o desenvolvimento regional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/10/2024

## BRASIL AVANÇA NO DESCOMISSIONAMENTO COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE, APONTAM AGENTES

Por Lorena Parrilha Teixeira Offshore 17/10/2024 - 18:09

Com implementação da resolução 817 e novas iniciativas regulatórias, país intensifica esforços para tornar descomissionamento de plataformas mais eficiente e ambientalmente responsável



O volume de investimentos ligados ao descomissionamento de plataformas no Brasil é da ordem de R\$ 64,4 bilhões até 2028. O país possui 53 unidades de produção que já ultrapassaram os 25 anos de operação. A Petrobras investirá US\$ 11 bilhões no descomissionamento de plataformas offshore nos próximos cinco anos, com 70% desse montante destinados ao fechamento de poços e 30% para a remoção de equipamentos submarinos, como linhas flexíveis. O processo de descomissionamento, que inclui a retirada de instalações e o aproveitamento de materiais, tem se mostrado desafiador para a

indústria.

O gerente geral de projetos de descomissionamento da Petrobras, Carlos Castilho, afirmou, nesta quinta-feira (17), que o foco da empresa está na segurança e na sustentabilidade das operações. Ele ressaltou que os procedimentos serão realizados com cuidado para garantir a integridade das operações e a proteção ambiental. Castilho participou do Workshop sobre mapeamento de capacidade tecnológica para a reciclagem sustentável de plataformas offshore no Brasil, organizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro.

No evento, a coordenadora de descomissionamento e recuperação de áreas da Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Karen de Alves Souza, disse que um dos maiores desafios atuais é o elevado custo do descomissionamento dessas plataformas. Ela destacou a criação de uma página específica para o tema no site da agência, além de mencionar a necessidade de transformar as pesquisas desenvolvidas em ações concretas. “O Brasil já tinha pesquisas avançadas sobre o tema, mas agora precisamos aplicar essas inovações em casos concretos”, afirmou.

A ANP incorporou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU em suas regulamentações, reforçando a importância de práticas ambientais adequadas e o reaproveitamento de infraestruturas. Karen lembrou que a agência reguladora tem papel central na regulação do setor, principalmente a partir da implementação da resolução 817/2020, que orienta as empresas sobre as práticas de descomissionamento.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 17/10/2024*

## ESPECIALISTAS VEEM PAÍIS COM POTENCIAL PARA SER HUB DE RECICLAGEM

*Por Lorena Parrilha Teixeira Indústria naval 17/10/2024 - 18:57*



Em evento, painelistas destacaram grandes quantidades de aço em ativos no final do ciclo operacional e perspectivas de atividades em embarcações civis e militares no Brasil, a partir da adesão do país à Convenção de Hong, que entra em vigor em 2025

Com grandes quantidades de aço a serem recicladas e com a expectativa de uma legislação mais robusta, o Brasil tem a oportunidade de se tornar um hub de reciclagem sustentável de plataformas e embarcações. A avaliação dos agentes setoriais é

que atingir essa posição passa pela necessidade de capacitar mão de obra especializada e desenvolver tecnologias que garantam segurança e eficiência no processo de descomissionamento, além de estimular parcerias entre os setores de energia e da construção naval.

No primeiro dia do Workshop sobre Mapeamento de Capacidade Tecnológica para a Reciclagem Sustentável de Plataformas Offshore, nesta quinta-feira (17), os painéis chamaram atenção para as perspectivas para a reciclagem de embarcações civis e militares no Brasil, a partir da adesão do país à Convenção de Hong Kong, que estabelece diretrizes para a reciclagem de embarcações de forma

segura e ambientalmente responsável. A Convenção de Hong Kong, que entrará em vigor em 2025, exige que navios destinados à reciclagem sejam processados em instalações certificadas, com foco na segurança dos trabalhadores e na preservação ambiental.

O representante da Marinha do Brasil, Sidney da Silva Pessanha, disse que, no processo de internalização da convenção, o Brasil precisará adaptar suas legislações para atender às exigências internacionais, além de preparar estaleiros e outras instalações para cumprir as novas normas. “O Brasil tem uma legislação robusta e moderna, e com a internalização da Convenção de Hong Kong, estaremos alinhados às principais práticas globais de reciclagem”, afirmou. no evento, organizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro.

O gerente de descomissionamento da SBM Offshore, Marcelo Dourado, também observa uma série de oportunidades para o Brasil na atividade de reciclagem de plataformas. A empresa enxerga o Brasil como o terceiro maior mercado de descomissionamento mundial. Dourado ressaltou a necessidade de conformidade com as regulamentações europeias, como a EU Ship Recycling Regulation, que estabelece parâmetros semelhantes à Convenção de Hong Kong. “Precisamos garantir que o processo de descomissionamento seja seguro e sustentável, preservando não só o ambiente, mas também a saúde dos trabalhadores envolvidos”, afirmou.

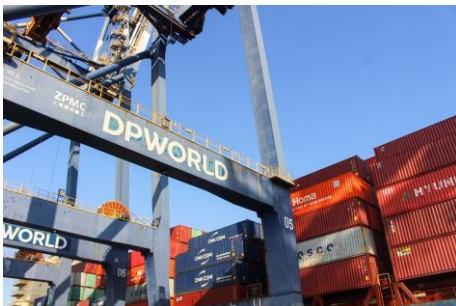
Os especialistas avaliam que grande parte da frota brasileira ainda é enviada para a Ásia para desmantelamento. Em relação ao desmantelamento de embarcações militares, a Marinha do Brasil, em parceria com a Emgepron, busca alinhar suas operações com as novas diretrizes globais de reciclagem. A criação de clusters de empresas voltadas para esse mercado no Brasil, em regiões como Rio de Janeiro e Nordeste, é considerada uma solução viável para reduzir custos e aumentar a competitividade do país nesse setor.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 17/10/2024

## DP WORLD INAUGURA ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE CARGA EM SC

*Da Redação Portos e logística 17/10/2024 - 19:05*



A DP World inaugurou um novo escritório de gerenciamento de carga (freight forwarding) em Itajaí, Santa Catarina, como parte de sua estratégia de expansão nas Américas. O novo espaço visa melhorar a conectividade local e oferecer serviços completos de gerenciamento de cargas, como frete marítimo (FCL e LCL), frete aéreo, transporte rodoviário, seguro internacional e desembaraço alfandegário.

A DP World opera um dos maiores terminais de carga do Porto de Santos (SP), movimentando 1,4 milhão de TEUs por ano. Em parceria com a Rumo, a operadora anunciou recentemente a construção de um novo terminal de grãos e fertilizantes com capacidade para 12,5 milhões de toneladas anuais.

A empresa destacou que o novo escritório complementa a atuação já existente da DP World em Santos e em São Paulo, ampliando sua presença no Brasil e oferecendo uma plataforma logística integrada para apoiar o crescimento dos negócios locais e internacionais. Desde 2023, a DP World inaugurou mais de 150 escritórios globalmente, 20 dos quais nas Américas, incluindo no Brasil, Chile, Colômbia, Equador e outros países. A empresa planeja abrir mais 180 escritórios até o final de 2024, com novas localizações em países como os Estados Unidos, México e Argentina.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 17/10/2024

## TEMADRE AMPLIA CAPACIDADE E RECEBE NAVIOS SUEZMAX

*Da Redação Portos e logística 17/10/2024 - 18:12*



O Terminal Aquaviário de Madre de Deus (Temadre), principal ponto de escoamento da Refinaria de Mataripe, que abastece 42% do Nordeste e 80% da Bahia, passou a receber navios maiores, classe Suezmax, com capacidade de até um milhão de barris de petróleo. A Acelen, operadora da refinaria, investiu R\$ 70 milhões na primeira etapa de requalificação do terminal para aumentar a segurança e eficiência das operações, além de reduzir emissões de CO2.

O projeto incluiu inspeções emersas e submersas, recuperação estrutural e aplicação de proteções nas áreas de amarração dos navios. Um dos principais avanços foi a dragagem do canal, realizada pela primeira vez em mais de 20 anos, restaurando a profundidade operacional para 15,5 metros, o que permite o recebimento de maiores carregamentos e reduz a necessidade de operações ship to ship.

Com foco em ESG, a Acelen monitorou o impacto ambiental durante as obras e contribuiu para o Projeto Corais da Baía, que tem como objetivo restaurar recifes e controlar espécies invasoras. A segunda etapa da requalificação, prevista para os próximos dois anos, receberá um novo investimento de R\$ 15 milhões para continuar modernizando o terminal e aumentar sua confiabilidade operacional.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 17/10/2024*

## ARRECAÇÃO DO AFRMM TEM ALTA DE QUASE 40% NO ACUMULADO DO ANO

*Por Danilo Oliveira Navegação 16/10/2024 - 21:58*



Valor arrecadado nos 9 primeiros meses do ano totalizou R\$ 3,4 bilhões. De janeiro a setembro, os agentes financeiros repassaram R\$ 26 milhões para financiamento a projetos de infraestrutura portuária e aquaviária

Os valores arrecadados no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) totalizaram R\$ 3,4 bilhões no acumulado dos nove primeiros meses de 2024. O montante ficou 37% acima dos R\$ 2,5 bilhões arrecadados no mesmo período de 2023. No terceiro trimestre, a arrecadação

bruta ficou em R\$ 1,5 bilhão, 86% a mais que o apurado entre julho e setembro do ano passado (R\$ 788 milhões).

A arrecadação líquida nos nove primeiros meses do ano ficou em R\$ 3 bilhões, 25% acima do mesmo período do ano passado (R\$ 2,4 bilhões). No terceiro trimestre, a arrecadação líquida subiu 65% em relação ao mesmo período de 2023, passando de R\$ 784 milhões para R\$ 1,3 bilhão. As informações constam no relatório trimestral do AFRMM consolidado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Os valores líquidos incluem os itens relativos à emenda constitucional 126/2022, que desvincula os 30% das receitas de contribuições sociais, impostos, taxas e multas da União até o final de 2024 (DRU), bem como a parcela que cabe ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) referente aos fundos: Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (3%); do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo – FDEPM (1,5%); e Naval – FN (10,40%).

No terceiro trimestre, cada um desses itens (FMM, DRU, FNDCT, FDEPM e FN) teve variação positiva de aproximadamente 65% na comparação ano a ano, uma vez que são proporções fixas da arrecadação total.

O quantitativo de recursos arrecadados ao FMM (receita total) no terceiro trimestre foi de R\$ 1,8 bilhão, 29% superior aos R\$ 1,4 bilhão no mesmo período de 2023. No acumulado do ano, esse



quantitativo ficou em R\$ 4,7 bilhões, com variação positiva de 10% em relação aos nove primeiros meses do ano passado (R\$ 4,3 bilhões).

O relatório traz ainda que, de julho a setembro de 2024, foram aplicados R\$ 260 milhões de recursos do FMM, 25% acima dos R\$ 208 milhões desembolsados no mesmo período de 2023. Do total no 3T24, R\$ 92 milhões foram para financiamento de projetos de embarcações, 53% abaixo dos R\$ 193 milhões no terceiro trimestre do ano passado. Não houve repasses dos agentes financeiros para estaleiros — essa rubrica foi de R\$ 14 milhões no 3º trimestre de 2023.

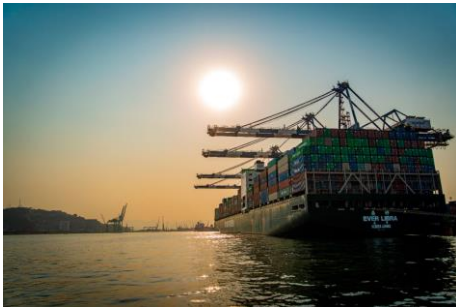
Ao todo, R\$ 517 milhões foram direcionados ao financiamento de embarcações nos nove primeiros meses do ano, alta de 35% em relação ao mesmo período de 2023 (R\$ 384 milhões). De janeiro a setembro de 2024 foram contabilizados R\$ 15 milhões referentes a empréstimos para projetos de estaleiros, 58% abaixo dos R\$ 36 milhões computados de janeiro a setembro de 2023. Nos nove primeiros meses de 2024, os agentes financeiros repassaram efetivamente R\$ 26 milhões referentes ao financiamento a projetos de infraestrutura portuária e aquaviária.

No acumulado dos três trimestres de 2024 não houve ressarcimento às empresas brasileiras de navegação (EBNs) da parcela que lhes cabe do AFRMM. Esses valores correspondem às parcelas que deixaram de ser recolhidas em razão dos casos de não incidência previstas nas leis 9.432/1997 e 10.893/2004. Já o ressarcimento relativo à Receita Federal somou R\$ 168 milhões no terceiro trimestre do ano, ante R\$ 1 milhão de julho a setembro de 2023. No acumulado do ano, este ressarcimento soma R\$ 361 milhões, 536% a mais que nos nove primeiros meses de 2023 (R\$ 57 milhões).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 16/10/2024*

## SETOR APOIA LEILÃO DO STS-10, MAS AGUARDA DETALHES DA NOVA MODELAGEM

*Por Danilo Oliveira Portos e logística 16/10/2024 - 19:35*



Agentes afirmam que avaliação mais precisa ainda carece de detalhamento sobre modificações a serem feitas no atual projeto. Localização e remanejamento de terminal de passageiros geram dúvidas

A intenção do governo de realizar o leilão do STS-10 em 2025, manifestada na última terça-feira (15), foi bem recebida pelo setor portuário. Os agentes agora aguardam mais informações sobre as modificações que serão feitas na modelagem do novo terminal de contêineres do Porto de Santos (SP), a serem

analisadas pela Infra S.A. Também existem dúvidas se haverá e como se dará o remanejamento do terminal de passageiros (Concais), citado pelo governo no anúncio de ontem e que já fazia parte das discussões do projeto nos últimos anos.

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) considera um movimento relevante a retomada do projeto de um novo Tecon no maior porto da América Latina e que está dentro de uma hinterlândia com a maior concentração de cargas do país. A associação, no entanto, julga necessário ter acesso a todas as diretrizes encaminhadas pelo governo à Infra S.A., bem como ao resultado final dos ajustes a serem feitos na modelagem, a fim de contar com informações mais consistentes que possibilitem análises mais fundamentadas.

“Essa notícia [do leilão] é importante porque Santos precisa de um novo Tecon. Vamos esperar vir a modelagem com mais informações detalhadas para termos a possibilidade de eventuais contribuições”, disse o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, à Portos e Navios. Na avaliação da ABTP, a intenção do MPor de realizar o leilão no próximo ano é viável do ponto de vista dos ritos e do cronograma.

“Entendemos que o governo quer tentar resolver no decorrer de 2025. Pediram algumas análises adicionais à Infra S.A. Se até final de 2024 ou até o início do ano que vem derem retorno, tendo o primeiro semestre para consultas públicas e mais o tempo de análise do TCU [Tribunal de Contas da União]. É factível que se faça nesse período”, concluiu Silva.

A Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) também considera bem-vinda a decisão do MPor de avançar com o projeto de arrendamento da área do STS-10. A associação aguarda o detalhamento da modelagem para entender melhor o posicionamento do 4º berço de atracação e a não interferência do terminal de passageiros nas operações de contêineres pelo STS-10.

A ABTRA avalia que, embora não seja urgente, a expansão da capacidade de movimentação de contêineres nesse porto exige que o processo seja iniciado o quanto antes, em função do tempo de construção e operação do novo terminal. “Com licitação do STS-10 prevista para 2025, conforme anúncio do MPor, as operações do novo terminal deverão ter início por volta de 2030, o que vai ao encontro dos estudos realizados pela ABTRA sobre o esgotamento da capacidade de movimentação de contêineres no complexo portuário santista”, disse à reportagem o diretor-executivo da associação, Angelino Caputo.

A Solve Shipping alerta para a necessidade de materialização de uma capacidade adicional relevante para movimentação de contêineres no complexo portuário de Santos, considerando que o projeto denominado STS-10 já vem sendo discutido há, pelo menos cinco anos, como também as altas taxas de ocupação da maior parte dos terminais de contêineres do país, que vêm enfrentando gargalos em efeito cascata. “A capacidade dos terminais brasileiros vem se mostrando, cada vez mais, perto do limite. Operamos com ‘tolerância zero’ a intercorrências, num mundo cada vez mais cheio desses eventos”, analisou o sócio consultor da Solve Shipping, Leandro Carelli Barreto.

Barreto considera que, ainda que seja alcançado o aumento pretendido de 50% de capacidade, 9 milhões de contêineres não serão suficientes para que Santos garanta a posição de hub port na costa leste da América do Sul, levando em conta a necessidade dos terminais operarem com relativa folga. “Melhoraria muito, mas não significaria ainda que Santos entrou definitivamente na briga para ser o único hub port da costa leste (ECSA) com 9 milhões”, comentou. O consultor ponderou que é preciso saber com mais detalhes como ficará a nova configuração para acomodar a capacidade adicional na área pretendida, realocando o terminal de passageiros.

Barreto lembrou que o projeto original do STS-10 estimava obras com duração entre quatro e cinco, por etapas, para atingir a plena capacidade da nova instalação. O projeto atual, preparado para licitação, prevê uma área brownfield, o que teoricamente demandaria menos tempo que a proposta apresentada pelo governo, em abril de 2024, por não demandar processos de descontaminação, porém exigirá reforço de cais e espaço de pátio.

A proposta abandonada, que havia sido anunciada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) em abril, previa a ampliação da poligonal do porto organizado, incorporando uma área para instalação de uma nova versão do projeto do STS-10. A ideia à época era incluir na área jurisdicional da autoridade portuária a Vila dos Criadores, apontado como o último trecho para expansão na margem direita do canal do complexo portuário.

Para o Comitê de Usuários dos Portos e Aeroportos do Estado de São Paulo da Associação Comercial de São Paulo (Comus/ACSP) o anúncio da intenção do leilão do STS-10 em 2025 reforça bastante o “Projeto de consolidação do Porto de Santos concentrador de contêineres”, que está em curso. O coordenador do Comus, José Cândido de Almeida Senna, projeta que haverá atenção especial deste movimento durante a transição nos próximos anos, até que o STS-10 entre em operação.

Senna observa que há muito espaço para a racionalização de operações logísticas em percursos porto a porta (desembarques) e porta a porto (embarques), com simultânea redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) nesses percursos. “Tais resultados deverão ser alcançados nas

duas áreas de influência do hub de contêineres: a terrestre e a aquaviária, sendo esta definida pelos serviços alimentadores de cabotagem”, analisou.

Procurado pela Portos e Navios, o ministério não forneceu mais detalhes sobre o layout da nova área para movimentação de contêineres em Santos, até o fechamento desta reportagem. No comunicado de ontem, o MPor informou que encaminhou, recentemente, ofício à Infra S.A. com as diretrizes para a concessão, que preveem adaptações no modelo original proposto há cinco anos.

As diretrizes da pasta para o STS-10 foram definidas pela área técnica e o estudo ajustado deverá ser encaminhado para análise do Tribunal de Contas da União (TCU) ainda este ano, com a previsão de que o leilão da área ocorra em 2025. O ministério ressaltou que o governo federal analisará com a Infra S.A outra modelagem para a operação do terminal de passageiros, que hoje recebe cerca de 1 milhão de cruzeiristas por ano. O novo terminal de passageiros, segundo o MPor, não deve interferir na operação da área de contêineres.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/10/2024*

## PORTO ITAPOÁ INVESTE R\$ 500 MILHÕES EM NOVA EXPANSÃO

*Da Redação Portos e logística 16/10/2024 - 19:56*



O Porto Itapoá, localizado na Baía da Babitonga, em Santa Catarina, deu início à sua fase IV de expansão, com previsão de investimentos de R\$ 500 milhões nos próximos 12 meses. O projeto visa aumentar ainda mais a capacidade do terminal, já consolidado entre os quatro maiores do Brasil, com o objetivo de torná-lo o maior e mais eficiente da América do Sul até 2033.

Atualmente, o porto possui um pátio de 455 mil metros quadrados, com capacidade estática para 31 mil TEUs e movimenta até 1,8 milhão de TEUs por ano. A nova fase incluirá 120 mil metros quadrados adicionais ao pátio e a aquisição de novos equipamentos de alta tecnologia para melhorar a eficiência e sustentabilidade do terminal.

Entre os novos investimentos, destaca-se a aquisição do oitavo portêiner, equipamento essencial para movimentação de contêineres em navios de grande porte, além de 12 guindastes RTGs (operados por controle remoto) e nove caminhões terminal tractors (TTs), que complementam a maior frota de TTs elétricos do Brasil. A ampliação também inclui 1.080 novas tomadas refrigeradas para contêineres reefers e a compra de um novo scanner de última geração para segurança das cargas.

Além disso, o cais do Porto Itapoá será expandido em mais 400 metros, permitindo a atracação de três navios maiores. A obra já possui licença do Ibama e seguirá um cronograma estratégico.

Recentemente, o terminal concluiu a Fase III de sua expansão, que contou com a adição de 200 mil metros quadrados ao pátio e um investimento total de R\$ 815 milhões. Com isso, o Porto Itapoá agora opera um dos maiores pátios de contêineres do país.

O Ibama também concedeu a licença para a dragagem do canal de acesso à Baía da Babitonga, aumentando sua profundidade para 16 metros, o que permitirá a navegação de embarcações de até 366 metros de comprimento, reforçando o potencial do Porto Itapoá como um importante hub de cargas na região.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/10/2024*

## PORTO DE IMBITUBA CRESCEU 13,3% ATÉ SETEMBRO

*Da Redação Portos e logística 16/10/2024 - 19:50*



A SCPAR, administradora do Complexo Portuário de Imbituba, celebrou um crescimento de 13,3% na movimentação de cargas no acumulado até setembro de 2024, atingindo mais de 6,5 milhões de toneladas, números considerados recorde histórico de produtividade. Em setembro, o porto movimentou 831,7 mil toneladas, um aumento de 32,9% em relação ao mesmo mês de 2023, e 14,6% em comparação a agosto de 2024.

Em termos de fluxo de embarcações, 31 navios atracaram em setembro, totalizando 252 embarcações no ano, um aumento de 13,5% em relação a 2023. O saldo comercial de movimentação de cargas também apresentou crescimento expressivo nos embarques, com alta de 38,2% em relação a agosto e 39,4% na comparação com setembro de 2023.

Os principais produtos movimentados no Porto de Imbituba foram contêineres, coque de petróleo, açúcar a granel, sal, farelos de soja e milho, e hulha betuminosa. O açúcar a granel, em especial, registrou mais de 447,8 mil toneladas movimentadas em apenas cinco meses de operação em 2024, representando 7% do total de cargas do porto.

As exportações lideraram com 52% da movimentação total, crescendo 13,3% em relação ao ano anterior, enquanto as importações aumentaram 21,1%. Já a cabotagem representou 9% da movimentação total, mas registrou uma redução de 15% em comparação a 2023.

Granéis sólidos, como coque de petróleo, sal e farelos de soja, somaram mais de 5,23 milhões de toneladas até setembro, representando 80,4% da movimentação portuária. O coque de petróleo liderou, com mais de 1,53 milhão de toneladas movimentadas.

As operações de exportação e importação no Porto de Imbituba movimentaram mais de 1,66 bilhão de dólares até setembro de 2024, um crescimento de 22,7% em comparação ao mesmo período de 2023, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ  
**Data:** 16/10/2024

## NAVEGUE SIMPLES AVANÇA COM FOCO NA DESBUROCRATIZAÇÃO, AVALIA ATP

Por Lorena Parrilha Teixeira Navegação 16/10/2024 - 19:41



Associação destaca participação do setor privado e importância de aprimorar normas para tornar operações mais eficientes. Programa ainda está em fase inicial, mas já envolve intensa colaboração entre governo e empresas

O programa Navegue Simples tem avançado, mas ainda se encontra em fase de desenvolvimento, conforme avalia a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). Lançado oficialmente em junho de 2024, o programa visa simplificar e desburocratizar processos no setor portuário. Apesar do progresso nas discussões, a ATP ressalta que benefícios concretos ainda não foram observados, visto que comitês técnicos estão sendo formados para avaliar metas e indicadores.

A associação destaca que, desde o início, o setor empresarial tem encontrado espaço para contribuir nas discussões e propor melhorias. Em junho de 2023, a primeira Tomada de Subsídio (1/2023), promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), focou na simplificação dos processos de autorização dos terminais de uso privado (TUPs). No entanto, a implementação prática do programa só começou em 2024 com uma nova rodada de consultas voltadas ao arrendamento portuário.



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 113/2024  
Página 61 de 61  
Data: 17/10/2024  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

Embora o programa ainda esteja longe de trazer benefícios tangíveis, a ATP vê potencial no Navegue Simples para melhorar a competitividade dos terminais privados. Entre as propostas defendidas pela associação está a redução de etapas burocráticas e a criação de mecanismos que garantam maior previsibilidade nas respostas dos órgãos governamentais, como definição de prazos claros para cessão de uso e licenciamento.

Um dos desafios, segundo a associação, é a celeridade no retorno das contribuições feitas durante as consultas públicas. As respostas da primeira tomada de subsídio ainda não foram divulgadas, o que gera incerteza quanto ao ritmo de implementação. Além disso, a ATP aponta a necessidade de maior organização e clareza nos cronogramas de trabalho dos comitês técnicos, que desempenham papel fundamental na formulação de propostas para o programa.

A ATP enfatiza que o setor privado tem participado ativamente do desenvolvimento do programa, com reuniões contínuas entre o governo e os empresários. Mesmo após o encerramento das consultas públicas, o diálogo permanece aberto em reuniões e simpósios organizados pela Antaq e pelo MPor, o que, segundo a associação, é um ponto positivo para a construção conjunta de soluções.

Instituído pelo Decreto 12.078/2024, o Navegue Simples faz parte de um esforço mais amplo do governo para modernizar o setor portuário, buscando eliminar entraves burocráticos que dificultam investimentos e operações eficientes. A primeira fase do programa, prevista para durar até 2028, será marcada pela criação de grupos de trabalho dedicados a temas como mudanças climáticas, questões ambientais e a agilização das outorgas. A expectativa é que as primeiras entregas concretas do programa ocorram anualmente, com resultados mais significativos a partir de 2025.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/10/2024*



## MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 17/10/2024*